



Anais da Assembléia

Nº 120

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE SETEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Artindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldemir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademair Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iansen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 82.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Geraldo Cartário, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregoneze, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademir Traiano, Nereu Alves de Moura e Paula Maia (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte:

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 047/93

Curitiba, 30 de Agosto de 1993.
 Senhor Presidente.

Em conformidade com os preceitos contidos no art. 53, inciso IX e art. 66, inciso II, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V.Exa., para ser submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar objetivando a re-

vogação dos arts. 28 a 32 e 34 a 36, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, os arts. 99 a 102, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 e dos arts. 192 a 194, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, assim como alteração da redação dos dispositivos que especifica, das mencionadas leis. Visa, ainda, adotar providências pertinentes aos servidores públicos civis e militares quando viajarem para execução de serviços dos órgãos a que pertencem.

A medida contida no plano de lei em referência consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Administração e objetiva propiciar tratamento isonômico em relação ao ressarcimento de despesas com alimentação e pouxada aos servidores que, em serviço, se deslocarem de sua sede. Com a presente proposição serão ensejados mecanismos legais no sentido da aplicação, aos servidores integrantes dos quadros da Polícia Civil e da Militar, das normas e procedimentos adotados às demais igualdade nos critérios para concessão do benefício pelos órgãos do Poder Executivo, com melhor e mais eficiente controle e, conseqüentemente, com redução dos gastos sob tal título de despesa orçamentária.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
 Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º - Ficam revogados os artigos 28 a 32 e 34 a 36 da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, os artigos 99 a 102 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, os artigos 192 a 194 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2º - O parágrafo único do artigo 26 mencionado no artigo 1º da Lei nº 7.434, de 29 de dezembro de 1980, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo Único - As indenizações compreendem:

- a - ressarcimento;
- b - ajuda de custo;
- c - transporte;
- d - representação; e

Art. 3º - A SEÇÃO V da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a ter a seguinte nomenclatura e conseqüente redação:

SEÇÃO V
DO RESSARCIMENTO

Art. 189 - Ao servidor que se deslocar da respectiva sede, no desempenho de suas atribuições, é concedido ressarcimento a

título de indenização das despesas de alimentação e pousada, pagos adiantadamente, mediante cálculo da duração presumível do deslocamento do servidor.

§ 1º - Durante o período de trânsito não se concede ressarcimento ao servidor removido.

§ 2º - Não caberá o ressarcimento quando o deslocamento do servidor constituir exigência permanente do cargo ou função.

§ 3º - Entende-se por sede, para os efeitos desta Seção, a cidade, vila ou localidade, onde o servidor tiver exercício.

§ 4º - Não se aplica o disposto neste artigo ao servidor que se deslocar para fora do país ou estiver servindo no estrangeiro.

Art. 191 - Os ressarcimentos serão arbitrados e concedidos dentro dos limites de créditos orçamentários e de acordo com a regulamentação competente."

Art. 4º - O artigo 169 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 169 - Além do vencimento ou remuneração, poderá o funcionário perceber as seguintes vantagens pecuniárias:

- I - adicionais;
- II - gratificações;
- III - ajuda de custo;
- IV - ressarcimento;
- V - salário-família;
- VI - auxílio para diferença de caixa;
- VII - auxílio doença."

Art. 5º - O servidor civil da Administração Direta e Autárquica e o policial civil e militar do Poder Executivo, que indevidamente, receber ressarcimento, será obrigado a restituir, de uma só vez, a importância recebida, ficando, ainda, sujeito a punição disciplinar, respeitada a legislação própria.

Art. 6º - Será punido com pena de suspensão e, na reincidência com a de demissão, o servidor civil da Administração Direta e Autárquica e o policial civil e militar do Poder Executivo que, indevidamente, conceder ressarcimento com o objetivo de remunerar outros serviços ou encargos, ficando, ainda, obrigado à reposição da importância correspondente.

Art. 7º - No caso de falecimento do servidor civil da Administração Direta e Autárquica e do policial civil e militar do Poder Executivo, que ocorrer, durante o período de deslocamento fora da sede, em objeto de serviço, seus herdeiros não restituirão o ressarcimento que ele haja recebido adiantadamente a título de indenização das despesas com alimentação e pousada, assim como estará dispensada a prestação de contas, junto ao órgão, para os

casos em que ocorrer o desaparecimento dos valores recebidos ou das Notas Fiscais, comprovantes de despesas realizadas.

Art. 8º - O ressarcimento das despesas com alimentação e pousada a servidor civil da Administração Direta e Autárquica e a policial civil e militar do Poder Executivo, que se deslocar de sua sede, por motivo de serviço, obedecerá à regulamentação própria, através de ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 9º - Esta lei complementar entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 048/93

Curitiba, 30 de agosto de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 18.380.000,00 (dezoito milhões, trezentos e oitenta mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas com manutenção da Casa Civil no decorrer do exercício de 1993.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 18.380.000,00 (dezoito milhões, trezentos e oitenta mil cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação conforme Anexos II e III desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 2º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O		FL. 01	
ANEXO				CRS 1,00 (REAL)	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
I	I	I DA	IFTIDI		I PROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
I 0900	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
I 0903	IDIRETORIA GERAL - CASA CIVIL	I	I I I		I I
I 2759	IMANUTENCAO DA ESTRUTURA	I	I I I		I I
I	IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	I	I I I		I I
I	ICASA CIVIL	I 3132.06100	ILI	800.000	I0670I
I	I	I 3132.08100	ILI	17.580.000	I0670I
T O T A L				18.380.000	I

CANCELAMENTO		A N E X O		FL. 01	
ANEXO				CRS 1,00 (REAL)	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
I	I	I DA	IFTIDI		I PROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
I 0900	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
I 0902	IGABINETE DO SECRETARIO - CASA	I	I I I		I I
I	ICIVIL - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
I 1005	IINVESTIMENTO PARA PRODUCAO E	I	I I I		I I
I	IDISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	I	I I I		I I
I	I- COPEL	I 4140.00100	ILI	18.380.000	I0670I
T O T A L				18.380.000	I

CANCELAMENTO		A N E X O		FL. 02	
ANEXO				CRS 1,00 (REAL)	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
I	I	I DA	IFTIDI		I PROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
I 1000	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO -	I	I I I		I I
I	I ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
I 1049	ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -	I	I I I		I I
I	ICOPEL	I	I I I		I I
I 2850	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I I I		I I
I	IADMINISTRATIVA E APOIO	I	I I I		I I
I	IOPERACIONAL DA COPEL	I 4361.00100	ILI	18.380.000	I0670I
T O T A L				18.380.000	I

REDUÇAO DA RECEITA		ANEXO IV	FL. 01
ANEXO		CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES		
	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL		
12521.49.00	Recurso Ordinario - Nao Vinculado	00	18.380.000
TOTAL			18.380.000

A Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFÍCIO N° 057/93

Senhor Presidente.

Vimos, por intermédio do presente, com base no parágrafo 2º e 3º do Artigo 10 do Regimento Interno desta Casa, levar ao seu conhecimento que a partir desta data o Deputado Estadual Ovídio Constantino é o novo líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores - PT nesta Assembléia, ficando a Vice-Liderança a cargo do Deputado Ernani Pudell.

Sem mais, apresentamos nossos sentimentos de apreço.

Sala das Sessões, em 01.09.93

(aa) DOUTOR ROSINHA,

ERNANI PUDELL e

OVIDIO CONSTANTINO

Requerimentos:

REQUERIMIENTO N° 3264

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de votação para o Projeto de Resolução n° 012/93, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça e constante da Ordem do Dia de 1° de setembro do corrente, que autoriza a realização de plebiscito na área conforme específica, para que a respectiva população manifeste-se quanto a criação do município de Espigão Alto do Iguacu.

Sala das Sessões, em 01.09.93

(a) NEREU ALVES MOURA

REQUERIMIENTO N° 3265

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Preferência na Votação da Proposição nº 032/93

constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 01.09.83

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 3280

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Preferência na Votação do Projeto de Lei Complementar nº 046/93 constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 01.09.93

(a) EDSON SILVA LINO

REQUERIMIENTO N° 3281

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário a Preferência na Votação da Proposição n° 032/93 constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 01.09.93

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMIENTO N° 3262

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário a Votação em Bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, **excluída a Proposição n° 032/93.**

Sala das Sessões, em 01.09.93

(a) JOSÉ ARTHUR RITTI

REQUERIMIENTO N° 3235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo faleci-

mento do Sr. Benedito Antonio, ocorrido dia 19 de agosto, em Ponta Grossa.

O extinto era casado com a Sra. Maria Sebastiana Antonio, deixou os filhos Daniel, Milton, Madalena, Maria Joana, Ester e Rute. Deixa também 13 netos.

O Sr. Benedito era uma pessoa de grande amizade e estima perante os ponta-grossenses.

Sala das Sessões, em 01.09.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3249

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o Voto de Pesar, pelo falecimento da Senhora Maria Domanski dos Santos, ocorrido no último dia 31 de agosto, na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 01.09.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Mundo em que vivemos, oferece constantemente episódios que marcam de forma variada aos seres vivos, cuja trajetória o Supremo, condiz conforme a própria natureza. Para muitos, o destino traçado alimenta uma forte emoção, onde a dor irreparável de um ente querido, traz conseqüências infinitas. A Família Domanski Santos, está passando por momentos difíceis, já que, no último dia 31 de agosto, veio a falecer a Senhora Maria Domanski dos Santos.

REQUERIMENTO N° 3268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Horácio Vargas, ocorrido em 01 de setembro.

O extinto foi Deputado Estadual nesta Casa, tendo contribuído grandemente para o crescimento deste Estado, que sempre defendeu e respeitou.

Sala das Sessões, em 01.09.93.

(aa) ANIBAL KHURY

PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Chicle Kffuri, ocorrido no dia 21 de agosto, na cidade de Campo Mourão.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja cientificada a família enlutada,

através da ilustríssima Sra. Esmeralda Kffuri.

Sala das Sessões, em 01.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão ressentido-se da perda de um de seus pioneiros. O Sr. Chicle Kffuri, nascido no Líbano no ano de 1908, chegou ao Brasil em 1920.

No ano de 1931, contraiu núpcias com a Sra. Esmeralda Kffuri, de cuja união nasceram 08 (oito) filhos, Iole, Adib, Nagibe, Fuad que foi prefeito municipal de Goioerê, Angélica já falecida, Rosimery, Carlita e João Sérgio vereador de Campo Mourão, na legislatura 77/82.

Sua família é composta ainda, por 32 netos e 16 bisnetos. Homem sério, humano, trabalhador, foi pioneiro no ramo da indústria madeireira da região, sendo o primeiro a se instalar no município.

Defensor intransigente de sua terra e sua gente, conhecido por sua imensa solidariedade, seu falecimento, já em idade avançada, deixa grande consternação à comunidade mourãoense.

REQUERIMENTO N° 3274

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Boroski, ocorrido no último dia 18 de agosto, na cidade de Campo Mourão.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada, através da ilustríssima Sra. Luiza Boroski.

Sala das Sessões, em 01.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

Projetos de lei:

PROJETO DE LEI N° 462/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Helena Ometto Torres, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.93.

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Creche Helena Torres, entidade que pretende ser declarada de Utilidade Pública, tem por objetivo dar atendimento e amparo às crianças necessitadas através do regime de semi-abrigo, onde inclui-se assistência educacional, alimentar e de saúde.

PROJETO DE LEI N° 463/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o trecho asfáltico compreendido entre a BR-369 e o Município de Anahy.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

As obras asfálticas no trecho compreendido entre a BR-369 e o Município de Anahy foram realizadas pelo Estado do Paraná no governo Álvaro Dias.

Trata-se de rodovia intermunicipal integrante de complexo mais amplo que o dos Municípios cortados, razão adicional para a assunção pelo DER das tarefas de manutenção e conservação.

PROJETO DE LEI N° 464/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a estadualizar a rodovia que interliga o Município de Assaí ao Município de São Jerônimo da Serra via Distrito de Pau D'Alho do Sul.

Art. 2° - Fica o Estado do Paraná responsável pela conservação da rodovia mencionada no artigo anterior, a partir da publicação da presente Lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.93.

(a) SEVERINO FÉLIX

JUSTIFICATIVA:

Considerando que no ano de 1988 o Município de Assaí, celebrou com o governo do Estado através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas da Rodagem-DER o Convênio de Cooperação Técnica, objetivando assegurar os serviços de terraplanagem, pavimentação e arenagem do trecho de rodovia PR-090-Pau D'Alho do Sul, com extensão de 18.90 Km.

Levando-se em conta que esta obra foi desenvolvida com várias técnicas de construção, sendo inclusive chamada de "Estrada Laboratório", pois em diferentes segmentos foram usados pisos de texturas diversas e algumas outras formas de testes de materiais. Resultou deste fato, que em alguns pontos da estrada o pavimento permanece em bom estado, porém em outros há muitos defeitos em decorrência do uso normal e da pouca resistência dos materiais utilizados, necessitando pois de um constante acompanhamento técnico e efeti-

vação de reparos.

Tendo em vista a realidade econômica vivida pelos Municípios, constatamos que o Município de Assaí não dispõe de recursos técnicos e humanos para promover a conservação da referida rodovia.

Isto posto, concluimos pela estadualização da mesma, visto que os órgãos estaduais específicos estão melhor capacitados para atender a esse tipo de conservação, levando-se em conta que a estrada percorre uma região agrícola importante, é uma medida que muito beneficiará toda aquela região do Estado.

PROJETO DE LEI N° 465/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a licitar ou a celebrar Convênio de Cooperação Técnico-Financeira com o Município de Rebouças, objetivando a execução de obras de reforma e ampliação do Centro Cirúrgico do Hospital Dona Darcy Vargas, localizado na rua Armando Costa, n° 619, no Município de Rebouças.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Dona Darcy Vargas, em que pese a crise financeira que asfixia a estrutura de serviços médicos no país, vem desenvolvendo com magnitude e elevado espírito público os seus misteres, notadamente no que tange ao atendimento aos trabalhadores e suas famílias.

Ressalte-se, ainda, que sua ação filantrópica não se finda nos limites territoriais de Rebouças, socorrendo famílias oriundas da circunvizinhança. De notar, em Rebouças é o único estabelecimento do gênero.

Entretanto, o Hospital Dona Darcy Vargas não é imune à carência de melhores condições materiais para o cumprimento de suas tarefas, daí o encaminhamento do presente documento.

A presente autorização do Poder Executivo para licitar ou conveniar a execução de obras é necessária em virtude de o referido hospital constituir entidade de direito privado, conquanto exercendo atividades filantrópicas e sem fins lucrativos.

Para instrução complementar, procede-se a juntada dos orçamentos de quantidades e preços elaborados pelo Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção-DECOM, elementos instrutores da licitação ou convênio que autoriza o Projeto de Lei proposto.

PROJETO DE LEI N° 466/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade-CEMIC Moisés Barbosa da Silva, com sede e foro no Distrito de Paraná D'Oeste, Município de Moreira Sales.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.93.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Criada em 1982 no Distrito de Paraná D'Oeste esta Associação é uma Sociedade Civil de caráter estritamente beneficente, com a finalidade de dar acolhimento a menores carentes de recursos.

A Associação oferece a estas crianças toda assistência de que necessitam e também auxilia aos menores na integração na comunidade.

Tem realmente exercido uma atividade de suma importância dentro do Município.

Diante disto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis no sentido de aprovar a medida proposta.

PROJETO DE LEI N° 467/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar ao FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - FDI, de cada município, os valores integrais do ICMS arrecadados nos seus respectivos territórios e incidente sobre energia elétrica e telefonia, devidos por órgãos federais, estaduais e municipais.

Art. 2° - O Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, será gerido pelo município e os recursos provenientes da arrecadação do ICMS dirigidos única e exclusivamente em projetos que visem o fomento e o fortalecimento do seu parque industrial.

Art. 3° - Caberá a cada município criar o seu Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, de acordo com critérios a serem definidos pelo governo do Estado.

Art. 4° - O Poder Executivo no prazo de 90 dias fixará em decreto os demais procedimentos a serem adotados para o cumprimento desta lei.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

A economia estagnada e a inflação crescente, exige que alternativas sejam

encontradas para o retorno do desenvolvimento econômico.

Por essa razão, apresentamos essa proposição objetivando fomentar a indústria através da criação de um fundo de desenvolvimento em cada município e que terão recursos garantidos.

Esses recursos advirão do ICMS cobrado de órgãos federais, estaduais e municipais, localizados nos respectivos municípios e incidentes sobre a energia elétrica e telefonia.

O Fundo será administrado pelo próprio município, os recursos dirigidos única e exclusivamente em projetos que visem o fortalecimento do seu parque industrial.

Entendemos que dessa forma haverá um crescimento na atividade industrial gerando empregos diretos e indiretos, melhorando assim consideravelmente a vida dos munícipes.

PROJETO DE LEI N° 468/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

CAPITULO I

DO REGIME FLORESTAL

Art. 1° - As florestas existentes no território paranaense e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidades às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do Estado, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei Florestal do Estado estabelece.

Art. 2° - A atividade florestal deverá assegurar além de seus objetivos sócio-econômicos a manutenção da qualidade de vida e equilíbrio ecológico.

Art. 3° - A autorização para a exploração dos remanescentes de floresta nativa do Estado, somente será permitida através de técnicas de manejo.

Art. 4° - A Política Florestal e a execução desta lei, será aplicada pela autoridade florestal, mantida pelo poder Executivo Estadual, em estrutura própria definida em Lei.

Art. 5° - As florestas e demais formas de vegetação nativa existentes no território paranaense, ficam classificadas para efeito das disposições desta Lei, em:

- a) Preservação permanente:
- b) Reserva legal:
- c) Produtivas:
- d) Unidades de conservação.

Art. 6° - Consideram-se de preservação permanente ao âmbito do Estado do Paraná, as florestas e demais formas de vegetação especificadas no código florestal brasileiro.

§ 1° - A autoridade florestal criará

mecanismos e estimulará a recomposição das áreas de preservação permanente atualmente degradadas ou sem cobertura vegetal.

§ 2º - Na pequena propriedade onde o proprietário não tiver recursos para recomposição das áreas de preservação, caberá a autoridade florestal fornecer os meios necessários.

Art. 7º - As florestas e demais formas de vegetação nativas consideradas Reserva Legal devem representar em uma ou várias parcelas um mínimo de 20% da propriedade rural, visando manutenção de tecido florestal a nível de propriedade, ficando seu uso permitido somente através de técnica de manejo que garantam a sua perpetuidade.

Art. 8º - As florestas e demais formas de vegetação nativas consideradas Produtivas serão todas as não abrangidas nas demais formas de classificação desta Lei, e visam o suprimento de matérias primas de origem florestal necessárias ao abastecimento perene do Estado, de outros mercados, ou para uso e sustentação própria do produtor rural.

Art. 9º - As florestas e demais formas de vegetação nativa consideradas Unidade de conservação são previstas na Legislação Federal e no sistema Federal de Unidade de Conservação.

Art. 10 - Para os fins previstos nesta lei entende-se por:

I - Diversidade Biológica, a variedade de genótipos, espécies, populações, ecossistemas e processos ecológicos existentes em uma determinada região;

II - Conservação da natureza, a utilização sustentável dos recursos naturais, objetivando produção contínua e rendimento ótimo, condicionadas a manutenção permanente da diversidade biológica;

III - Preservação, os procedimentos integrantes das práticas de conservação da natureza que asseguram a proteção integral dos atributos naturais, admitindo apenas seu uso indireto;

IV - Manejo, a técnica de gerenciar os processos ecológicos visando atingir os objetivos de conservação da natureza e de preservação colimados;

V - Unidades de conservação, as porções de território estadual, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais de relevante instituídas pelo poder público com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção;

VI - Zona - tampão, porção territorial adjacentes a uma unidade de conservação, submetida a restrições de uso, com o propósito de protegê-la das alterações decorrentes da ação humana nas áreas vizinhas.

VII - Florestas, nominando genericamente todas as formas de vegetação conjun-

ta com porte arbóreo ou superior, com espécies nativas ou exóticas.

CAPÍTULO II

DA PROTEÇÃO FLORESTAL

Art. 11 - Qualquer árvore poderá ser declarada imune de corte, por ato do poder público, ouvida a autoridade florestal, por motivo de sua localização, raridade, beleza, importância científica ou interesse cultural e histórico.

Art. 12 - A autoridade florestal estimulará a criação de unidades de combates a incêndios florestais, a nível de municípios, propriedades ou empresas.

Art. 13 - Em caso de incêndio rural ou florestal, que não se possa extinguir com os recursos ordinários, compete não só ao funcionário florestal como a qualquer outra autoridade pública estadual ou municipal, requisitar os meios materiais e convocar os homens em condições de prestar auxílio.

Parágrafo Único - A aplicação deste artigo estende-se à defesa civil, às CIPA (Comissão Interna de Preservação de Acidentes) e demais organizações especializadas na prevenção e combate a incêndios, públicas ou privadas.

Art. 14 - É proibido o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação.

Parágrafo Único - Nos casos em que se justifique a prática do fogo para limpeza e manejo, em áreas de floresta e demais formas de vegetação, a permissão se dará para uso criterioso e com garantias de controle, através de normas e autorização de Autoridade Florestal.

Art. 15 - A autoridade florestal difundirá e normalizará o controle de pragas florestais.

Parágrafo Único - Toda constatação de focos de pragas florestais deve ser comunicada a autoridade florestal pelo proprietário rural ou responsável técnico.

Art. 16 - Os objetivos e a classificação das Unidades de Conservação da natureza no Estado do Paraná será concorrente com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação conforme dispuser a legislação federal em vigor.

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, PESQUISA E DIVULGAÇÃO

Art. 17 - Nos mapas e cartas oficiais do Estado e Municípios serão obrigatoriamente assinadas as unidades de conservação públicas previstas nesta Lei.

Art. 18 - Esta Lei deverá ser distribuída gratuitamente de forma obrigatória de 4 (quatro) anos para todas as escolas de primeiro e segundo grau públicas e privadas, sindicatos e associações rurais de trabalhadores e patronais do Estado, bibliotecas públicas, prefeituras munici-

país, acompanhada de amplo processo de divulgação e explicação do seu conteúdo e dos princípios de conservação da natureza.

Art. 19 - A autoridade florestal promoverá a semana da árvore, divulgando a importância econômica, social e ecológica das florestas e suas formas de proteção e utilização regional.

Parágrafo Único - A autoridade florestal na semana da árvore, definida no período coincidente com o dia 21 de setembro, promoverá obrigatoriamente nas escolas e estabelecimentos públicos ampla divulgação dos princípios que ressaltem os valores da floresta face seus produtos e utilidades bem como sobre a forma correta de conduzi-las e perpetuá-las.

Art. 20 - Durante todo o ano letivo o Poder Público deverá promover nas instituições de ensino, em todos os municípios, a conscientização pública de forma permanente, a divulgação dos princípios florestais, fornecendo o material didático necessário.

Art. 21 - A autoridade florestal criará Museus e Jardins Botânicos representativos dos principais ecossistemas do Estado, a nível de microrregião, visando a pesquisa, educação e divulgação.

Art. 22 - A autoridade florestal incentivará a solução de problemas comuns relativos aos aspectos florestais mediante a celebração de acordos, convênios ou consórcios.

Art. 23 - O Estado formará técnicos de nível médio e de outras modalidades para atuarem nas atividades suporte de implantação, manejo, administrativo de UC, exploração e utilização das florestas.

Art. 24 - O Poder Público fomentará a realização de pesquisas florestais através da integração dos órgãos existentes no Estado, com a coordenação da Autoridade Florestal.

Parágrafo Único - Fica assegurado um percentual de 10% da taxa florestal prevista nesta Lei, para aplicação em pesquisa florestal no Estado através de projetos específicos apresentados pela comunidade científica e tecnológica ligada ao setor, independente dos programas governamentais ou outras fontes de recursos.

Art. 25 - Fica assegurada a difusão de informações oriundas de pesquisas florestais à comunidade rural, através da extensão e outros meios, executada pela autoridade florestal.

CAPÍTULO IV

DO REFLORESTAMENTO, MANEJO E EXPLORAÇÃO

Art. 26 - As florestas não sujeitas ao regime de utilização limitadas previstas em lei e ressalvadas as de preservação permanente são suscetíveis de exploração e transformação obedecidas as disposições

legais.

Art. 27 - A autoridade florestal estimulará o plantio de árvores divulgando o livre exercício desta atividade quando não vinculada a reposição florestal obrigatória ou em área de preservação permanente, bem como a garantia de sua plena e livre utilização futura.

Art. 28 - As áreas degradadas, não classificadas como de preservação permanente, deverão ser prioritariamente utilizadas para implantação de programas florestais visando sua reintegração ao processo produtivo.

Art. 29 - As formações florestais, localizadas na faixa de entorno de lagoas, lagos ou reservatórios de águas naturais ou artificiais, terão função protetiva, podendo no entanto, serem exploradas através de técnicas de manejo, a critério da autoridade florestal, salvo as faixas previstas como de preservação permanente com limite mínimo de 30m a contar da linha de água junto as margens.

Art. 30 - Os consumidores de matéria-prima florestal, na primeira transformação, são obrigados a efetuar direta ou indiretamente a reposição florestal equivalente ao seu consumo.

§ 1º - Os índices de reposição florestal relacionados os volumes consumidos com os volumes médios das florestas a serem repostas, serão estabelecidos pela autoridade florestal, quando legislação federal não prever, podendo ainda utilizar o critério de área explorada com área a ser repostada com índice mínimos da população por espécies na rotação final.

§ 2º - A reposição poderá ser realizada diretamente ou através da participação de programas executados por terceiros devidamente aprovados por autoridade florestal Estadual ou Federal.

§ 3º - Serão estimulados pela Autoridade Florestal os programas de reposição executados de forma coletiva através de cooperativas ou associações envolvendo pequenos e médios proprietários rurais.

Art. 31 - Quando a reposição florestal for recolhida diretamente à autoridade florestal na forma de cota, taxa, multa, ou outra modalidade, os valores recolhidos deverão ser aplicados exclusivamente no plantio, específico de florestas a qualquer título, preferencialmente no município de origem da floresta que determina o recolhimento.

Art. 32 - As florestas plantadas, vinculadas oficialmente a programas industriais e reposição florestal, com densidade superior à população da rotação final são isentas da reposição florestal nas colheitas, ou desbastes intermediários, observando-se que a reposição florestal aplicada ao corte final garante a manuten-

ção equivalente da área florestal cortada.

Art. 33 - A autoridade florestal manterá controle estatísticos e informativo da disponibilidade e consumo de florestas, e dos produtos florestais em suas várias formas e fases, divulgando periodicamente estas informações.

Art. 34 - A autoridade florestal baixará normas concorrentes com a legislação Federal para ordenar o uso das florestas nativas e demais formas de vegetação nativas localizadas nas regiões de distribuição natural de mata atlântica, matas de araucárias, matas subtropicais pluviais e Região Metropolitana de Curitiba, obedecendo os critérios gerais desta Lei.

Parágrafo Único - As florestas e áreas rurais visando exploração futura e programas de reflorestamento não vinculados a projetos específicos em execução ou ao PIFI - Programa Integrado Floresta Indústria, previsão na legislação federal, serão considerados em uso desde que seu proprietário declare a autoridade florestal seus objetivos para utilização efetiva, definindo ainda o prazo futuro para utilização.

Art. 35 - A classificação e delimitação geográficas dos ecossistemas e demais formas de vegetação no Estado do Paraná, será aquela apresentada no mapa de Vegetação do Brasil, IBGE/1988.

Art. 36 - A Mata Atlântica não localizada em área de Preservação Permanente é suscetível de exploração somente através de técnicas de manejo que garanta a estabilidade e perpetuidade deste ecossistema obedecendo os critérios da legislação Federal, Estadual e normas específicas estabelecidas pelo Poder Executivo.

§ 1º - Além da caracterização da tipologia florestal as normas deverão observar a diferenciação das regiões topográficas especialmente na planície litorânea onde a atividade agrícola e de pecuária ser permitida.

§ 2º - Deverá ser fomentada a atividade de produção de palmito (*Euterpe edulis*) e da caxeta (*tabebuia cassianolde*), como forma de rendimento econômico da mata Atlântica, através da divulgação orientação e extensão a ser realizada pela autoridade florestal.

Art. 37 - As áreas atualmente revestidas de formações florestais nativas, sem intervenção, em que ocorre o Pinheiro Brasileiro ou Pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia*), não poderão ser desmatadas de forma a provocar a eliminação permanente destas florestas, tolerando-se somente

a exploração racional desta, observadas as prescrições ditadas pela técnica, com a garantia de permanência dos maciços em boas condições de desenvolvimento e produção.

§ 1º - Deverão ser mantidos, a título de portasementes e de material genético, o mínimo de dez indivíduos em média por hectare nas áreas remanescentes da exploração.

§ 2º - Quando constatado pela autoridade competente a estagnação ou senilidade dos indivíduos remanescentes, os mesmos poderão ser substituídos através de adensamento ou enriquecimento, neste caso com população mínima média de 100 indivíduos por hectare, constatados sua existência pela autoridade florestal até cinco anos após seu plantio.

Art. 38 - A autoridade florestal normatizará a exploração na Região Metropolitana de Curitiba, observando o estímulo de sua vocação energética, através do manejo da Bracatinga (*mimosa scabrella*), do reflorestamento intensivo das áreas degradadas e controle da utilização das florestas nativas e das reservas legais.

Art. 39 - O manejo da floresta de Bracatinga (*Mimosa scabrella*), com corte raso e regeneração por alto fuste, quando não visar sua substituição por outro uso, e em área não classificada de preservação permanente, será efetuada mediante solicitação simplificada a autoridade florestal, que terá prazo máximo de 15 dias para resposta.

Parágrafo Único - A aplicação do caput deste artigo, quando abrangendo período de uma rotação, dispensa os procedimentos do artigo 38.

Art. 40 - O manejo em florestas nativas situadas em áreas de reserva legal, deverá prever a manutenção ou reposição de pelo menos dez árvores por hectare em média de espécies consideradas de relevância econômica e ecológica simultaneamente, além da composição florística prevista no manejo conforme legislação Federal.

§ 1º - Para áreas de florestas subtropicais as árvores previstas neste artigo deverão ser preferencialmente das espécies do Pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia*), Imbuia (*Ocotea porosa*), Ipê (*Tabebuia* spp) ou cedro (*Cedrella fissilis*).

§ 2º - Para demais regiões do Estado e autoridade florestal poderá determinar as espécies de maior relevância para cumprimento deste artigo.

§ 3º - Nas propriedades rurais com menos de 15 hectares não se aplicam as disposições deste artigo.

Art. 41 - As espécies escolhidas para a manutenção ou reposição previsto no artigo 40 poderão estar localizados em bloco ou distribuídas aleatoriamente na área de reserva legal observando-se a densidade média mínima prevista.

Parágrafo Único - A manutenção ou reposição dos indivíduos previstos neste artigo poderá ser feita através da conservação de indivíduos adultos ou em desenvolvimento durante a fase operacional do manejo ou através da condução de regeneração natural, adensamento ou outras técnicas silviculturais.

Art. 42 - A autoridade florestal poderá após cinco anos do término da execução do período de manejo constatar a existência do previsto no artigo 40, em qualquer fase de desenvolvimento da espécie.

§ 1º - Caso a autoridade florestal constate a não existência da população média prevista poderá exigir do proprietário o plantio imediato dos indivíduos necessários para atingir a população prevista, podendo neste caso determinar a espécie.

§ 2º - Caso não atendido o parágrafo primeiro deste artigo florestal poderá efetuar o plantio diretamente correndo todos os custos por conta do proprietário infrator.

Art. 43 - A autoridade florestal através de macro-zoneamento Agro-Ecológico definirá zonas prioritárias de desenvolvimento florestal onde deverá ser estimulado este tipo de atividade.

Art. 44 - Nas zonas de desenvolvimento florestal previstas no artigo 43, os instrumentos de estímulos fiscal, crédito dos órgãos governamentais, programas de desenvolvimento e demais atividades de reestruturação regional serão preferencialmente dirigidos a atividade florestal.

Art. 45 - Fica proibida a autorização para a exportação a outros países de produtos florestais "in natura" oriundos de floresta nativa, que não sofrerem nenhuma forma ou processo de beneficiamento.

Parágrafo Único - Não incluem-se neste artigo as plantas ornamentais, observadas disposições da Legislação Federal.

Art. 46 - Toda propriedade rural que possuir cobertura florestal a qualquer título superior a 60% de sua área total poderá ser considerada "Fazenda Florestal".

Parágrafo Único - Para a classificação como Fazenda Florestal o proprietário deverá solicitar a autoridade florestal seu registro sem nenhum ônus, observando-se os seguintes pre-requisitos.

a) Identificação da propriedade rural,

com plantas de localização e limites:

b) Laudo Técnico de Profissional legalmente habilitado, declarando a existência de Cobertura Florestal e sua respectiva área:

c) Declaração do Proprietário que manterá como atividade principal do seu imóvel o manejo florestal e respeito a legislação Federal e Estadual vigente.

Art. 47 - A Fazenda Florestal terá sistemática simplificada de controle pela autoridade florestal, observando-se somente de cinco em cinco anos a manutenção das técnicas de manejo, ou em vistorias com prazos menores, caso a autoridade florestal julgar necessário.

§ 1º - Será dada prioridade à extensão florestal com orientação à fazenda Florestal em detrimento a simples fiscalização.

§ 2º - Constatado pela autoridade florestal a prática reincidente de não observância das técnicas de manejo poderá ser revogada a categoria de Fazenda Florestal da propriedade, voltando a mesma ao regime normal de controle.

§ 3º - As Fazendas Florestais com áreas superiores a 500 hectares deverão manter responsável técnico de forma permanente através de profissional devidamente habilitado e qualificado.

§ 4º - A autoridade florestal baixará normas complementares de estímulo, benefício e proteção das fazendas Florestais, mantendo o princípio de sua criação previsto nesta Lei.

Art. 48 - As empresas e indústrias florestais que manejarem diversas propriedades que em seu todo se enquadrem no percentual de Cobertura Florestal prevista no artigo 46 poderão enquadrar como Fazendas Florestais as propriedades de forma agrupada.

Art. 49 - Os proprietários de imóveis rurais com até 15 hectares de área total, para aplicação do previsto no Artigo 241 da Constituição Estadual, não necessitam de prévia autorização da autoridade Florestal, observando-se a manutenção da reserva legal e proteção das áreas de preservação permanentemente, neste caso não superior a 20% da área da propriedade.

Parágrafo Único - No caso de comercialização da matéria-prima florestal aplicar-se-á a sistemática de declaração de origem prevista no Artigo 57, Parágrafo 2º.

Art. 50 - Na distribuição de lotes destinados à agricultura, em planos de colonização e reforma agrária, não devem ser incluídas as áreas florestais de preservação permanente de que trata esta lei, nem as florestas necessárias ao abastecimento

produtos florestais.

Parágrafo Único - Nas dúvidas de definição, da função florestal prevista neste artigo deverá ser ouvida a autoridade florestal.

CAPÍTULO V

DAS TAXAS E PROGRAMAS DE ESTÍMULO

Art. 51 - Fica instituída a taxa Florestal estadual a ser recolhida pela autoridade florestal em função de seus serviços previstos nesta Lei, que será calculado por 1% do valor líquido, excluídos impostos e transporte, da matéria-prima florestal "in natura", na forma de toras, toretes, lenha, resina, plantas ornamentais e folhas.

§ 1º - A taxa será devida pelo primeiro comprador da matéria-prima florestal controlado pelo documento fiscal de compra ou transporte e deverá ser recolhida em conta específica da autoridade florestal até o dia 30 do mês subsequente a data de emissão do documento fiscal.

§ 2º - As produções eventuais vendidas com nota de produtor rural ou de consumo próprio são isentas da Taxa Florestal Estadual, bem como a matéria-prima transformada na mesma propriedade de origem.

Art. 52 - A autoridade florestal manterá controle específico dos recursos arrecadados com a Taxa Florestal Estadual, inclusive seus resultados com aplicações financeiras e outras.

§ 1º - Anualmente a autoridade florestal divulgará, os valores arrecadados, seus resultados e a efetiva aplicação por programas e subprogramas.

§ 2º - Do montante total previsto no "caput" deste artigo deverá ser aplicado obrigatoriamente 50% dos recursos e seus resultados em programas de desenvolvimento da Estrutura Florestal produtiva do Estado, não podendo ser aplicado em programas de reposição florestal obrigatória.

Art. 53 - Quando a Matéria-Prima Florestal "in natura" prevista no Art. 51, não sofrer nenhum grau de transformação no município de origem da floresta, poderá o município cobrar Taxa Florestal Municipal equivalente a até 1% do valor líquido, excluídos impostos e transportes da matéria-prima florestal "in natura", na forma de toras, toretes, lenha, resina, plantas ornamentais e folhas, independente da Taxa Florestal Estadual.

Parágrafo Único - A instituição da Taxa Florestal Municipal dependerá de legislação específica do município.

Art. 54 - Todo estabelecimento domiciliado no Estado, que utilize matéria-prima

de origem florestal, agrícola ou pecuária, poderá deduzir diretamente do imposto líquido devido de ICMS a parcela aplicada diretamente na atividade de produção de mudas florestais, plantio, manutenção e melhoramento de florestas, proteção e controle de pragas e incêndios florestais, tecnologia, pesquisa, melhoramento e manutenção de U.C. particulares.

§ 1º - Ficam limitadas as despesas aplicadas no "caput" deste artigo e 10% (dez por cento) do imposto líquido devido quando as atividades forem com espécies ou florestas nativas e a 5% (cinco por cento) quando forem com espécies ou florestas exóticas.

§ 2º - Poderá ser deduzido ainda diretamente parcela até o limite de 1% (um por cento) do imposto líquido devido a valores aplicados na atividade de entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, voltadas a preservação e conservação da natureza, com ênfase na proteção florestal, educação ambiental e pesquisa.

§ 3º - Só poderão ser utilizadas as despesas, devidamente contabilizadas para fins de fiscalização, quando aplicadas nos itens previstos no "caput" deste artigo, no Estado do Paraná.

Art. 55 - Para benefício do previsto no Artigo 54, salvo § 2º, o estabelecimento que utilizar a dedução, deverá aplicar no mínimo igual parcela nas mesmas atividades previstas, com recursos próprios.

§ 1º - Não poderá ser utilizado como valores aplicados nas atividades previstas neste artigo e no artigo 54, quando a floresta a ser implantada for objeto de execução do programa de reposição florestal obrigatória ou cumprimento de recomposição florestal determinado pela autoridade florestal.

Art. 56 - Se constatado pela autoridade florestal ou de rendas a aplicação indevida dos recursos, ou a inexistência do programa contabilizado, o estabelecimento pagará imediatamente na contribuição do ICMS do mês subsequente da constatação, os valores deduzidos indevidamente, corrigidos e acrescidos de multa de 100%.

§ 1º - O estabelecimento reincidente na infração prevista neste artigo não poderá mais se beneficiar da aplicação prevista no art. 54.

CAPÍTULO VI

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Art. 57 - Nas florestas plantadas, não consideradas de preservação permanente e desvinculadas da reposição florestal obrigatória, é livre a extração de lenha e demais produtos florestais ou a fabricação

de carvão.

§ 1º - A aplicação deste artigo independe de prévia autorização ou qualquer procedimento junto a autoridade florestal.

§ 2º - Para o eventual transporte, quando não consumido na propriedade, o produto florestal deverá ser acompanhado de declaração de origem, fornecida pelo proprietário rural quando originada em áreas florestais não superiores a 50% (cinquenta) hectares, e declaração de origem fornecida por Profissional Legalmente Habilitado para áreas florestais superiores.

Art. 58 - constatação pela autoridade florestal de falsidade na declaração de origem prevista no artigo anterior obrigará ao proprietário rural a imediata recomposição da área caso a mesma não possa ser explorada, ou adequação às normas vigentes, quando a área for suscetível de exploração, independente das demais penalidades previstas em Leis e de responsabilidade do profissional que emitir a declaração de origem irregular.

Art. 59 - Para a exploração, manejo ou supressão das demais florestas não previstas no artigo 57, deverá ser observada as disposições desta Lei e do Código Florestal Brasileiro, bem como as normas estabelecidas pela autoridade florestal Federal e Estadual.

Art. 60 - O Poder Executivo Estadual, através de autoridade florestal, em convênio com a União ou com o Município, fiscalizará a aplicação das normas desta Lei.

Parágrafo Único - nas áreas urbanas, referidas no Artigo 2 do Código Florestal Brasileiro, a fiscalização é da competência dos municípios atuando a União e a autoridade florestal do Estado supletivamente.

Art. 61 - A aplicação dessa Lei e das demais disposições legais de proteção e conservação dos recursos naturais poderá ser realizada pelo proprietário rural ou seus funcionários devidamente qualificados, dentro dos limites da propriedade rural.

Parágrafo Único - A autoridade florestal e policial deverão apresentar toda assistência para aplicação deste artigo, bem como aplicar as penalidades cabíveis ao infrator.

Art. 62 - Não serão transcritos ou averbados no registro geral de imóveis os atos de transmissão "intervivos" ou "causa mortis", bem como a constituição de ônus reais, sobre imóveis da zona rural, sem apresentação de certidão negativa de dívidas previstas nesta Lei ou no Código Flo-

restal Brasileiro, por decisão transitada e julgado.

Parágrafo Único - Na alienação de imóvel rural, que desmembre a propriedade de seu registro atual, em áreas com cobertura florestal a qualquer título, a autoridade florestal ou profissional devidamente qualificado e habilitado deverá verificar a manutenção da reserva legal ou sua relocação adequada.

Art. 63 - Nas propriedades onde não exista a área de Reserva Legal prevista no artigo 7, cabe à autoridade florestal estimular sua recomposição, preferencialmente nas áreas degradadas ou de vocação florestal.

Parágrafo Único - Nas regiões onde não existam áreas de vocação florestal, a autoridade florestal poderá adotar sistemática de reservas coletivas, públicas ou privadas, a nível de microbacias ou região, para gerar o tecido florestal mínimo através de sistemática específica estabelecida pela autoridade florestal.

Art. 64 - Todos os processos solicitados a autoridade florestal deverão ser respondidos no prazo máximo de 60 dias a contar do seu protocolo, sob pena de responsabilidade salvo informações técnicas adicionais solicitadas formalmente pela autoridade florestal ao interessado que interromperá a contagem de tempo para resposta.

Parágrafo Único - O indeferimento de qualquer processo deverá ser acompanhado de laudo técnico, justificando de forma clara e compreensível a nível de produtor rural as razões técnicas ou legais do indeferimento, assinado por profissional devidamente habilitado e qualificado, sob pena de responsabilidade.

Art. 65 - A aplicação concorrente das normas desta Lei às da legislação federal deverá ser feita preferencialmente em conjunto do mesmo processo ou projeto.

§ 1º - A autoridade florestal no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a promulgação desta Lei baixará as normas de análise e trâmite conjuntos com o governo Federal, previstas neste artigo.

§ 2º - Na impossibilidade da aplicação conjunta prevista neste artigo, a autoridade florestal poderá solicitar processo complementar específico, neste caso, apenas das informações, documentos e levantamentos técnicos previsto nesta legislação e não contemplados no processo junto ao governo federal, evitando duplicidade e custos desnecessários.

Art. 66 - O não cumprimento das disposições desta Lei, salvo disposição especí-

fica, além das penalidades previstas na Legislação Federal, implicará na aplicação pela autoridade florestal, ou entidade e municípios conveniados de:

- a) Notificação de infração quando o infrator for primário, acompanhada de informações técnicas necessárias e orientação;
- b) multa de 0,5 a 50 salários mínimos vigentes para reincidentes de acordo com a gravidade do ato a critério da autoridade florestal;
- c) Interdição da atividade para sua regularização quando em área possível de utilização e recomposição ou recuperação nas áreas de preservação permanente.

Art. 67 - As ações ou omissões contrárias às disposições desta Lei na utilização e exploração das florestas são consideradas uso nocivo da propriedade (Artigo 302, XI, "b", do código do Processo Civil).

Art. 68 - Aplicam-se às contravenções previstas neste código as regras gerais do Código Penal e da Lei de Contravenção Penais, sempre que a presente Lei não disponha de modo diverso.

Art. 69 - O Poder Executivo deverá manter estrutura e recursos necessários para o cumprimento desta Lei, através de autoridade florestal específica, que deverá ainda exercer as funções de controle, fomento a extensão, dando prioridades aos aspectos de:

- a) Manutenção e implantação de sistema Estadual de Unidades de Conservação;
- b) Conservação do potencial genético e diversidade biológica das florestas nativas remanescentes;
- c) Estímulo a produção e desenvolvimento florestal regional;
- d) Apoio às indústrias e empresas florestais preferencialmente com reservas localizadas no Estado;
- e) Recuperação e manutenção das áreas de preservação permanente;
- f) Apoio aos municípios para estruturação dos seus sistemas florestais descentralizados.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 70 - As áreas naturais protegidas em função de legislação anterior deverão ser reclassificadas, no todo ou em parte, dentro das determinações desta Lei e referendadas pelo CEDA, no prazo de 1 (um) ano a partir de sua promulgação, integrando-se ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Parágrafo Único - Este dispositivo

também se aplica às áreas denominadas Reservas Florestais, não mencionadas no Código Florestal vigente.

Art. 71 - O Poder Executivo do Estado, deverá prever no seu orçamento até no máximo o ano de 1995 recursos necessários para a efetiva criação, desapropriação e implantação do Parque Estadual das Araucárias, com área mínima de cobertura florestal original de 1000 hectares visando a preservação deste Ecossistema e do Pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia*), de acordo com o Artigo 20 das disposições transitórias da Constituição Estadual.

Art. 72 - A autoridade florestal no Estado, prevista nesta Lei será o Instituto Ambiental do Paraná-IAP ou seu sucedâneo definido em Lei.

Art. 73 - Esta Lei aplica-se de forma concorrente a todas as disposições do Código Florestal Brasileiro e demais Legislações Federais pertinentes.

Sala das Sessões, em 01.09.93.

(aa) ANIBAL KHURY

HEINZ HERWIG

Apoiamto: Plauto Miró Guimarães, Lourenço Fregonese, Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

Os Estados e Municípios viram-se outorgados pela nova Constituição Brasileira, conforme estabelecido no art. 23, inciso VII, da mesma, a legislar sobre florestas e demais temas correlatos. Em consequência pôde a Constituição Estadual estabelecer os princípios básicos para a conservação da natureza e exploração florestal, o que está especialmente delineado nos artigos 12, incisos VI e VII, e 13, inciso VI, além de outras disposições específicas.

Portanto, faz-se necessário criar uma Lei Florestal do Estado do Paraná que garanta a necessária proteção às nossas florestas nativas e exóticas, com seu acervo faunístico e seu importante papel no equilíbrio ambiental.

Assim sendo, esse novo dispositivo legal deverá considerar a floresta em seus diversos aspectos, cuidando para que seu manejo seja correto, bem como forneça estímulo ao plantio e replantio de novas florestas, seguindo os princípios básicos do Código Florestal Brasileiro, Lei nº 4.771 de 15 de Setembro de 1965, com as alterações subsequentes e demais disposições da União e leis correlatas.

Ao se elaborar uma lei de florestas específica para nosso Estado, é preciso considerar a floresta livre e equivalente em termos produtivos, à agricultura e pecuária, sem absolutamente descuidar de sua

interação ecológica, preservando dessa forma a qualidade de vida. Assim esta lei poderá gerar equilíbrio entre o uso e a preservação, evidentemente sem radicalismos no manejo dos recursos naturais renováveis, mas com certa dose de bom senso. Dessa forma teremos uma lei coerente e aplicável, que mantenha o delicado equilíbrio dos elementos naturais, guardando a pureza da água, da atmosfera e em consequência, assegurando a qualidade de vida e a capacidade florestal do Estado.

Sendo assim, faz-se necessário que empresários, agricultores, a comunidade e o Estado, somem seus esforços para que tenhamos uma Lei florestal justa e equilibrada, que permita o uso normal e ao mesmo tempo garanta às florestas sua necessária e merecida proteção.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, servidores públicos presentes nas galerias.

A década de 70 e o começo da década de 80 o nosso País vivia a égide da ditadura militar e alguns civis ditadores foram indicados para ocuparem cargos de governo como foi o caso de Paulo Maluf em São Paulo.

Paulo Maluf naquela época como governador indireto não suportava a manifestação de servidores públicos do Estado de São Paulo. Quando governador a Associação dos Professores do Estado de São Paulo - APOESP, fez um movimento paratista reivindicatório e Paulo Maluf somente oprimiu o movimento e tentando barrar a organização dos trabalhadores anulou o Código de Desconto de Salário para Mensalidade da respectiva entidade de classe.

Ainda na década de 80 o então Governador Roberto Requião Prefeito de Curitiba, eu presidia a Associação dos Servidores Municipais de Curitiba e após luta sindical com manifestações de rua e ato público o então Prefeito Roberto Requião, cancelou o Código de Desconto da Associação dos Servidores Municipais tal qual Maluf tinha feito na época da ditadura.

A Constituição de 88 garante esse direito do trabalhador autorizar esse desconto em forma de pagamento. E nessa plenária em vários momentos isso já foi debatido e, por ocasião de votar o Fundo de Previdência nós Deputados colocamos a emenda que dava também esse direito aos aposentados autorizar descontar da folha de pagamento a sua contribuição para sua entidade de classe. O governador votou e nós derrubamos o veto. Mas quando a gente pensa que esse tipo de comportamento aca-

bou, estamos enganados.

Durante 16 dias os servidores da prefeitura da área de saúde fizeram manifestação de rua reivindicando salário. Pois bem, na data de 24 de agosto, tenho ofício em minha mão a Prefeitura de Curitiba cancela o Código de desconto do sindicato. Os sindicalizados que autorizam o seu desconto. É esse o comportamento que teve Paulo Maluf, que teve Roberto Requião e que teve Rafael Greca frente à Prefeitura de Curitiba. Nenhum ditador suporta a organização da classe trabalhadora. Não é permitido porque jamais permitiram. Mas, mesmo sem permissão, porque nunca pedimos, nós estamos sempre na luta por melhores condições de trabalho, melhores condições salariais e melhores condições de vida porque esta é consequência das duas anteriores.

Rafael Greca, agora, autoritariamente não permite que os trabalhadores façam descontos na folha de pagamento da sua contribuição sindical, conforme ofício da data de 24/08 remetido ontem ao sindicato dos servidores. Eu cobro aqui, da Bancada Pedetista que mantenha a coerência que mantém aqui nesse Parlamento quando ocupa o Poder Executivo, como hoje ocupa na Prefeitura de Curitiba, porque o que faz é o desrespeito à Constituição que dá esse direito, o que ele faz é aquilo que aqui dessa Tribuna ele condenava no Governo Roberto Requião, agora age identicamente massacrando os servidores públicos do município. Nós servidores públicos temos que deixar claro que a nossa função não é servir governantes, servidor é para servir a população, e o governante deve nos respeitar como cidadão e não é isso que acontece com o Prefeito de Curitiba a ter esse tipo de comportamento e nem com o governo do Estado quando ele age a respeito do servidor público do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Com a palavra a Deputada Emilia Belinati.

A SRA. EMILIA BELINATI - "Sr. Presidente, Srs. Deputados, a partir de hoje, as crianças e adolescentes infratores recolhidos no Educandário São Francisco, antiga unidade social Queiroz Filho, têm uma esperança de dias melhores na instituição. Tomou posse hoje de manhã, no cargo de Diretor do Educandário o ex-Promotor de Justiça Elírio Rui Kesler, aposentado recentemente da Vara da Infância e da Juventude e com profundo conhecimento da questão da criança e do adolescente. Elírio Rui Kesler substitui o Major Benur Augusto Muniz, afastado ontem da Direção Queiroz Filho pela Secretaria Estadual do Trabalho e da Ação Social, por recomendação do Ministério Público, devido especialmen-

te a inúmeras denúncias de constrangimentos ilegais e violências físicas contra os internos.

Denúncias sobre maus-tratos e violências, feitas através de cartas escritas pelos próprios internos, foram enviadas ao nosso gabinete e ao do Deputado Dr. Rosinha, e nós apresentamos neste plenário pedido de informações ao Secretário do Trabalho e da Ação Social, Durval Amaral, e pedido de providências ao Ministério Público, através do centro de apoio operacional das promotorias da criança e do adolescente. Posteriormente, o Deputado Luiz Henrique Bona Turra e uma comissão de Deputados do PMDB foi ao Educandário e confirmou as denúncias.

O Ministério Público instaurou e concluiu inquérito civil sobre as condições de maus-tratos e outras irregularidades, o que levou o centro de apoio operacional das promotorias da criança e do adolescente a fazer uma série de recomendações administrativas, com prazo certo para serem cumpridas.

Algumas recomendações foram cumpridas, como atendimento periódico por médicos, dentistas e enfermeiros e a abertura de inscrições para concurso público para admissão de "Agentes Educacionais", que devem ter treinamento adequado para o trabalho junto aos internos. Também foram organizadas atividades pedagógicas e de lazer, nos finais de semana, e garantida a presença de policial feminina para fazer revista, nos dias de visita.

Outras recomendações do Ministério Público ainda estão dentro do prazo de cumprimento, que vai até final de outubro. Dentre elas está o redimensionamento do espaço físico da unidade social. A medida visa atender ao Estatuto da Criança e do Adolescente que estabelece a rigorosa separação dos adolescentes por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

A entrada do Ex-Promotor de Justiça Elírio Rui Kesler na direção do Educandário São Francisco, por indicação do Ministério Público, nos enche de esperança de que seja definitivamente extinta da instituição a prática da violência e que seja instalado ali um novo modelo de tratamento junto aos internos. Um modelo que privilegie o direito do jovem infrator, de ter uma nova chance de vida, de se reintegrar à sociedade como cidadão que estuda, trabalha, cumpre com seus deveres e desfruta de seus direitos.

Uma nova etapa começa hoje na antiga Queiroz Filho.

Continuaremos atentos às condições de funcionamento da instituição e de atendimento àquelas crianças e adolescentes. Permanecemos na expectativa de que a mu-

dança na direção do Educandário São Francisco reflita, no dia-a-dia dos internos, o cumprimento do que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo quinto que, para mim, sintetiza o dever da sociedade para com suas crianças: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais".

Era isso, Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Inscrito, convidamos para usar a Tribuna o Deputado Erani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, na semana anterior nós viemos a esta Tribuna denunciar uma farsa que foi montada na região de Cascavel envolvendo o movimento de agricultores sem-terras e o Partido dos Trabalhadores. Aparentemente este tipo de farsa tende a se disseminar pelo Paraná, e com certeza assumirá dimensões a nível. Aqui também em Curitiba nós tivemos notícia de que no dia de ontem perante uma comissão da Câmara de Vereadores de Curitiba, uma comissão que investiga as invasões de terrenos urbanos neste Município, foram tomados depoimentos de pessoas também ligadas ao movimento dos sem-teto de Curitiba, e que através desses depoimentos procuraram envolver diretamente Vereadores da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Antes mesmo que esses depoimentos fossem tomados o Presidente da Comissão de Inquérito da Câmara dos Vereadores já anunciava o teor dos depoimentos; depoimentos que, temos conhecimento, foram obtidos mediante promessa de vantagem de pagamento. O que é mais grave: estão arregimentando dentre os próprios integrantes das ocupações urbanas de Curitiba pessoas pobres, muitas delas passando dificuldade até para se alimentar, e através de funcionários da Prefeitura de Curitiba estão sendo conduzidas à Comissão de Inquérito para incriminar Vereadores da Bancada do PT. Vejam os Senhores que segue o mesmo padrão de Ibema o tipo de denúncia, se extrai dentre o movimento uma pessoa descontente com alguma condução, alguma linha, algum fato ocorrido dentro desse movimento, essa pessoa passa a ser instruída exatamente para envolver politicamente o Partido dos Trabalhadores. O que é mais grave: esta CPI instalada na Câmara de Vereadores ela já é uma farsa policialesca e fascista. Primeiro porque parte da presunção de que o movimento social é um movimento que na verdade tem cunho de crime, ou seja, a ocupação de terras passa a ser vista como

uma atividade criminosa e procura-se passar para opinião pública idéia de que esses movimentos só existem por articulações políticas.

Com isso, procura-se em primeiro lugar confundir a opinião pública, fazer com que a opinião pública não pense que por trás de cada invasão de terras, por trás de cada invasão de terrenos urbanos existe um quadro social muito grave. Existe a omissão das autoridades que não adotam políticas de Reforma Agrária, existe a omissão de autoridades que não implantam programas habitacionais e no desespero de milhões e milhões de paranaenses, surgem esses movimentos que buscam um mínimo de dignidade, que buscam um mínimo de cidadania através da terra para plantar ou de uma casa para morar.

Mas são esses movimentos tratados como se fossem bandos, quadrilhas, organizações criminosas jogados na vala comum dos demais crimes que ocorrem neste País.

Nós da bancada do PT não vamos aceitar de braços cruzados este tipo de manipulação da opinião pública.

O mais grave é que este tipo de ação, com exatamente este padrão começa a surgir pelo Paraná a fora exatamente no momento em que se consolida a campanha de Luiz Inácio da Silva - Lula, para a Presidência do Brasil.

As elites deste País estão desesperadas com a possibilidade real e concreta de Lula vir a assumir o Governo do Brasil. E para impedir a marcha vitoriosa do companheiro Lula, é preciso iludir a opinião pública, assustar, criar farsa, procurar passar a imagem à sociedade de que o PT estaria por trás desses movimentos.

Nós não negamos em momento algum que damos apoio aos movimentos sociais, esta é a razão a existência do PT, todos os parlamentares do partido têm por obrigação estar junto ao povo que está em luta pelos seus direitos sociais, jamais nos furtaremos a esta obrigação que o nosso partido, que as nossas idéias nos impõem.

Mas a partir daí procurar, com farsas, com calúnias, com mentiras envolver politicamente o PT, como se fosse ele o responsável pela política de habitação que não existe neste município, pela política de reforma agrária que não existe neste País, aí convenhamos é um pouco além do que se pode imaginar.

Então, eu quero aqui registrar em nome da bancada do PT nesta Assembléia, que o PT não se curvará a essas farsas. Não vamos aceitar passivamente essas farsas que estão sendo montadas e nós vamos sim fazer um esforço, custe o que custar e vamos desvendar uma por uma dessas farsas e vamos desmoralizar os autores, que por sinal, diga-se de passagem são os mesmos que

sustentavam, a campanha de Fernando Collor de Mello, aqui no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Esta Casa por diversas vezes teve o conhecimento, através da palavra de um dos seus integrantes, mais precisamente o Deputado Bona Turra, da versão pela qual a nossa Companhia TELEPAR, aquela companhia que no próximo mês de dezembro, irá complementar trinta anos de sua existência em prol do Paraná, a serviço do Brasil e dando mostras da capacidade do povo paranaense, fez com que todos nós que nos assentamos nesta Casa, tivéssemos interesse pelo qual tomássemos conhecimento do que estaria ocorrendo naquela Companhia.

Recebemos por parte da Mesa Executiva desta Casa, conjuntamente a todos os partidos, que lá comparecêsemos para tomarmos conhecimento daquilo que efetivamente estaria ocorrendo naquela empresa e lá chegamos, homens do PMDB, homens do Bloco Independente, companheiros do PTB, nossos correligionários do PDT, enfim, quase que toda a representatividade política deste Paraná, presente naquela reunião onde aquela diretoria e mais precisamente, o senhor Presidente daquela Companhia, nos deu, através de um relato documentado através de provas, do que realmente aquela Companhia lá está desenvolvendo o seu trabalho em benefício da família paranaense e brasileira.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, fiz alguns apanhados daquilo que nos foi mostrado a todos os Senhores Deputados, de uma maneira pela qual a transparência ali presente, a honestidade demonstrada através do que era nos levado ao conhecimento, fazia com que as indagações a cada minuto e a cada assunto e até inclusive por parte do número dos Senhores Deputados, faziam as perguntas relacionadas aos assuntos que nós tínhamos conhecimento desta Casa, através do Deputado Bona Turra. Em diversas oportunidades aqueles apartes à exposição feita, foram mostradas por provas a todos os itens que nós e até eu próprio indagava àquele Senhor Presidente. Por isso Senhores Deputados, o Paraná inteiro prepara-se para comemorar no próximo mês de dezembro, os 30 anos daquela Companhia. É um dos acontecimentos que eu como paranaense prezo ao meu Paraná. A história desta Fundação de Telecomunicações do Paraná é uma história que se irma à família paranaense, pela grandiosidade que é o nosso Estado. Cresceu junto,

tornou-se adulta e é hoje, para orgulho nosso, uma das principais Companhias desta Nação. Pioneira e inovadora, tem tido um papel fundamental que "pari passu" com os governos que passaram por este Paraná, deram a modernização ao nosso Estado e sempre esteve a TELEPAR no testemunho dos números, bem administrada por homens técnicos e políticos que ali foram assentados nos cargos da sua diretoria. Prova irrefutável de que ela simboliza na verdade, tudo aquilo que se espera de um País que pode e deve dar certo, quando pessoas certas estão no seu comando.

Neste contexto, Senhores Deputados, e para ficar na atualidade dos fatos, é de justiça nós mostrarmos aqui, através desse relato apanhado por todos os Senhores Deputados e transcrito através das linhas que nós copiamos, o trabalho da diretoria da empresa, encabeçada pelo jovem engenheiro Paulo Roberto Cordeiro, pessoa que nós tivemos o prazer de conhecer agora. Conhecíamos Paulo Cordeiro pelo seu trabalho, não conhecíamos pessoalmente e estamos aqui com isenção, trazendo o que nos foi mostrado, o que foi relatado, o que foi provado a todos os Senhores Deputados que lá compareceram e aqueles que lá não estiveram, foi por vontade própria, ou porque não quiseram realmente tomar conhecimento do outro lado da história.

Aprendi, homem público que fui por dois mandatos de Vereador, pela minha condição primeira de Deputado Estadual nesta Casa em 1974. Como Prefeito em 77 e 82 em Ponta Grossa, aprendi na minha vida pública e na minha vida comum que antes de julgar, de condenar, a gente deve conhecer os dois lados. E lá estivemos conhecendo o outro lado que foi levantado nesta Casa. Por isto, sem parcialidade, estou mostrando ao Paraná, a todos nós, Deputados, o que presenciamos naquela Casa, principalmente naquele encontro com aquela diretoria.

Foi mostrado que a TELEPAR para o terceiro milênio elegeu, como prioridade, a expansão de todos os seus serviços na sua planta de serviços de telecomunicações, incluindo tanto os novos, como a telefonia celular e comunicação de dados. Como também levando para o Interior e fazendo com que a população fosse atendida em todos os quadrantes deste Estado. Assim aqui na área de expansão da planta de oferta de serviços, vale registrar as seguintes conquistas mostradas a todos nós. A implantação do programa de atendimento integral da demanda, um audacioso plano que, com parceria com a iniciativa privada, vai acrescentar 150 novos terminais telefônicos à atual planta de 720 mil terminais existentes. O PAI que é um programa que está sendo possível atender esta demanda reprimi-

da, faz com que a diminuição do prazo e o atendimento ao cliente, possa ser implantado com a redução do custo de terminal que nos foi mostrado a um custo pelo qual se posta, a nível nacional, entre os menores custos desta Nação.

Os primeiros seis mil terminais já estão sendo ativados no Litoral de nosso Estado, no próximo mês de dezembro, quando a companhia completa 30 anos.

A implantação da telefonia móvel celular no Paraná, que é o primeiro estado brasileiro integrado por esta nova tecnologia, faz com que possamos nos orgulhar do trabalho dos paranaenses e brasileiros que ali têm seu mando.

Em setembro do ano passado o telefone móvel foi implantado em Curitiba e na Região Metropolitana. Em dezembro ainda de 92, o serviço chegou ao Litoral. Agora está em Maringá, Apucarana, Arapongas, Cambé, Rolândia, Ibiporã, Marialva, Sarandi, Jandaia do Sul, Cambira e Mandaguari. Agora próximo chegará a Cascavel, a Toledo e Foz do Iguaçu. Até o final do ano estará em Ponta Grossa, Castro e Guarapuava e Witmarsum, vizinho município de Palmeiras.

O projeto tem abrangência estadual, não só área urbana, mas também na rural, onde certamente dar-se-á um salto na capitalização das telecomunicações.

A rota básica nos foi mostrada na transmissão interurbana para atender e ampliar as redes urbanas, como a telefonia celular e a comunicação de dados.

Esta operação do DATAPAR, serviço de comunicação de dados da TELEPAR.

Mas existem outros eventos significativos. Foi a implantação do telefone público inteligente.

Foi a implantação em convênio com a COPEL para atender quase todo o Litoral. Foi a implantação de serviços da rede inteligente da série 0800 que nos foi mostrada através do Diretor Técnico daquela companhia.

Paralelamente a estas conquistas, a TELEPAR criou uma Diretoria de Serviços, com o objetivo de aproximar a empresa do cliente e lançou, em 92, o Programa de Qualidade Total, com suporte para as contínuas mudanças processadas na empresa e como resultado da seriedade, do esforço a TELEPAR recebeu nota 10 no desempenho do serviço telefônico, um fato inédito na história do sistema TELEBRÁS desta Nação, nota 10. Nesses dois anos e quatro meses que essa atual diretoria da TELEPAR inaugurou a torre das Mercês, além disso inaugurou um admirável espaço cultural como presente à população de Curitiba que sempre respondeu aos chamados da TELEPAR quando comemorou essa capital os 300 anos dando mostras no mirante da Torre das Mercês, quando mandou instalar um painel de

autoria do consagrado artista plástico Porti Lazaroto.

Todos esses avanços que nos foram mostrados não poderiam ser concretizados sem o respaldo e sem efetiva participação dos empregados, dos homens que levam não somente da diretoria, e nesta área a atual diretoria nos mostrou que também tem sido ousada, pois a dignidade do empregado vem sendo valorizada constantemente numa série de benefícios de ordem social que nos foi apresentado naquela ocasião através de vídeo. A qualidade de vida do empregado da TELEPAR é hoje um dos fatores responsáveis pelo êxito da companhia.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, esse breve relato das realizações deixa muito claro porque a TELEPAR ocupa hoje para orgulho de nós paranaenses o 25º lugar no ranking nacional das maiores empresas do Brasil. Segundo análise do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas em 91 a TELEPAR ocupava nesta mesma amostragem a 274ª posição e pulávamos para a 25ª aonde a competência, aonde a dignidade e a seriedade pode levar uma companhia a chegar entre os primeiros. A TELEPAR é hoje Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma empresa enxuta, eficiente, orientada e de resultado. Uma empresa profissional calculada em seus valores. Exemplo disso é o record histórico agora registrado o lucro de quase 100 milhões de dólares no primeiro semestre de 1993, ou seja, em apenas 6 meses a TELEPAR superou o maior lucro anual que foi de aproximadamente 76 milhões de dólares, isso em 89.

A TELEPAR sempre trabalhou com baixo nível de endividamento para não comprometer sua saúde financeira atualmente que foi mostrada através do diretor financeiro daquela companhia. O endividamento é da ordem de 2,5 receitas mensais líquidas que é um índice pelo qual ainda é bastante baixo.

É importante ressaltar que depois de uma longa ausência as ações da TELEPAR voltaram às bolsas de valores deste País. Isso aconteceu em julho do ano passado para abrir novas alternativas, para captar mais recursos financeiros e também para propiciar a transparência do preço das ações da TELEPAR. Hoje em termos de cotação a valorização em 31.12.92 a 17 de agosto último lá estavam os dados, foi de 482% para as ações ON e de 318 para as ações PM. Neste período a relação de cotação do valor patrimonial corrigido passou de 12% nas ON e 20,7% nas PM para 67% e 79% respectivamente. Num salto pelo qual essa Nação é testemunha, não só o Paraná da grandiosidade que é a TELEPAR do nosso Estado.

A TELEPAR vem sendo procurada por dezenas de instituições que atuam no mercado

acionário deste Brasil e até no sentido internacional de ações na busca de informações que podem levá-las a compor suas carteiras com papéis da empresa. E já virou tradição, Senhores Deputados, a lucratividade da Companhia, uma vez que ela não deixou nunca de distribuir dividendos desde 1972. O dividendo do exercício de 1972, que será distribuído a partir do dia 25 de outubro próximo, monta em 33.6 milhões de dólares. É um reflexo de que esta nova política de dividendos adotada pela TELEPAR, no sentido de pagar o dividendo mínimo, estatutário sobre o capital social corrigido é uma realidade que ninguém pode se sobrepor a ela.

Não resta dúvida, Senhor Presidente, que a TELEPAR é uma empresa vencedora, que os números colocados a nós todos os Deputados e a todos os paranaenses através de nós e desta palavra e através desta imprensa credenciada sabem que eles são verdadeiros e confiáveis.

Por isto, Senhores Parlamentares, dissemos há pouco e anotamos que a TELEPAR é uma empresa ágil, moderna e altamente rentável e, acima de tudo, vencedora. Mas tenho a certeza que criminosamente alguém que não tem interesse paranístico, alguém que realmente tem procurado ofuscar o brilho de um sucesso que não é nosso e que não é meu, é de todos os paranaenses. Eu tenho ação da TELEPAR. Ela é de todos nós. Não tenho "a" e nem "b"! Não tenho paixão por este ou aquele lado! Não tenho intriga pessoal com quem quer que seja! Venho a este Parlamento despedido de qualquer sentimento de acusação ou principalmente de proteção e de resguardo a alguém! Venho aqui porque fui testemunha de um dossiê denunciado aqui nesta Casa e enviada a nossa Liderança, a de Paulo Maia - e tenho em mãos e irei me reportar um pouquinho à frente. O referido dossiê aqui se encontra e nós vamos falar sobre ele. **(O Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk exhibe o referido dossiê).**

Foi remetido à Procuradoria Geral da República, foi remetido ao Presidente Itamar Franco, foi remetido à Delegacia de Polícia, enfim, a todos os níveis. E lá, sim, onde o acusado e o acusador têm o direito à defesa e à acusação e que eu estou aqui como paranaense e como Deputado para dizer ao Paraná que também o outro lado deve ser ouvido. Se nesta Casa o Senhor Deputado Bona Turra, que tem o seu lado, que tem a sua versão, que diz ter as suas provas que não vi, ele tem o direito de chegar aqui e de falar aquilo que realmente eu queria conhecer e os Senhores Deputados também desejavam, nós lá fomos e estamos trazendo aquilo que nós presenciá-

mos.

Por isto, Senhor Presidente e Senhores

Deputados, eu quero desafiar o Deputado Luiz Henrique Bona Turra! Eu quero que o Deputado seja suficientemente honesto, direito como acredito seja e que aprove um convite que vou fazer ao Senhor Presidente da TELEPAR, já que nós não temos autoridade como Deputado Estadual que somos, porque lá não foram aqueles que acusaram, lá não estiveram aqueles que realmente denunciaram. Quero apresentar e eu estou apresentando a esta Assembléia, e peço ao Deputado Bona Turra...

(Vozes paralelas)

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - A Questão de Ordem, Senhor Presidente, consiste em que não é preciso provocação do Deputado Luiz Carlos Zuk para que eu concorde em trazer o Senhor Diretor-Presidente da Telecomunicações do Paraná - que, aliás, é dever seu não só prestar os esclarecimentos a esta Casa como também prestar os esclarecimentos que são os requeridos em inquérito criminal no 1º Distrito Policial, em processo de sindicância no Ministério das Comunicações, como também em inquérito instaurado pela Procuradoria da República. Esse Senhor que já responde por tantos crimes, passados e presentes, com certeza, na presença do conjunto dos Senhores Parlamentares aqui nesta Casa, com a minha aprovação, e nem careceria da minha aprovação, para que aqui viesse prestar as informações que são devidas ao Paraná pelos graves crimes que vêm cometendo contra a administração pública Federal, contra o Estado do Paraná e os interesses da economia popular dos paranaenses. Portanto, não posso admitir que por provocação e em nível de desafio venha o Deputado Luiz Carlos Zuk, talvez por inexperiência ou ingenuidade, pensar que vou fugir do debate que é um debate necessário, a que tem fugido o Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR através de mecanismos de cooptação de políticos, de meios de comunicação e de todos quanto cedem ao acobertamento dos crimes que lá vem praticando.

O SR. NELSON JUSTUS (Questão de Ordem) -

Eu lamento esse tipo de debate, até acho que o fórum oportuno não seria evidentemente esse, mas eu não posso concordar com o Deputado Bona Turra quando afirma que o Presidente da TELEPAR vem fugindo ao debate, pelo contrário, todos nós Deputados recebemos um convite para lá irmos e ouvirmos as suas explicações. Aqueles que queriam ouvir as explicações lá estiveram, assim como, eu me parabeno, congratulo-me com o Deputado Zuk por ter ido lá, escutado, e hoje estar aqui prestando o seu ponto de vista, portanto, não vale, aqui para mim, provocações nenhuma, apenas acho.

que nós Deputados fomos convidados e lá estivemos para ouvir o outro lado da história.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) -

Queria comunicar ao Deputado Bona Turra que nós já lhe concedemos uma Questão de Ordem, mas na verdade Vossa Excelência já se excedeu na Questão de Ordem e eu peço ao Deputado Bona Turra que use o seu horário. Solicito ao Deputado Zuk que proceda no seu horário.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente,

Senhores Deputados, eu queria dizer a esse Plenário que realmente estou conhecendo um outro lado do Deputado Bona Turra, e nós vamos conhecer, agora, o seu verdadeiro lado, eu retirei a minha assinatura do documento apostado, do convite, já que ele não pode ir lá, e ele que assine o convite para o ilustre Presidente da Companhia, da Estatal que realmente representa... (Conversas paralelas)...

Se ele fizesse na prática o que ele fala na palavra ele teria suficientemente sido honesto e ter ido lá. Eu quando acuso alguém...Assegure-me a palavra, Senhor Presidente, que eu quero mostrar ao Paraná que documentos de 76, documentos frios não valem coisa alguma. O que vale são atos precisos, são atos e fatos que levam, realmente, a condenação e mostre se aquilo lá está ocorrendo, e mais adiante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fica aqui para ser registrado nesta Casa, que falar, falar, não leva a nada, o que leva, realmente, é um Paraná de trabalho, é alguém digno que quer realmente fazer alguma coisa à família paranaense, e aqui estão os servidores públicos de um dos poderes, no Poder Judiciário como foi testemunhado desta Tribuna, existe algumas coisas que não andam certas, como no Poder Executivo e neste próprio Poder.

Queria eu ter a condição, Senhor Presidente, de tirar as imunidades, e que nos tirasse as imunidades Parlamentares...

(Conversas paralelas).

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) -

Acho que o Deputado na Tribuna está traindo esta Casa e o Poder Legislativo ao pedir que esse Deputado no exercício do seu mandato renuncie as imunidades Parlamentares, é uma afronta a esta Casa, Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - De-

putado Bona Turra, Vossa Excelência poderá se inscrever depois no horário das Lideranças. Eu gostaria que os Senhores Deputados respeitassem o Regimento e que o Deputado Zuk fosse aparteado somente quando ele conceder o aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Eu queria Senhor Presidente que alguém aqui hoje ou no futuro quando viesse acusar alguém sem provas, quando viesse aqui levantar documentos, como temos em mãos de 75, aonde vemos que realmente nada está consubstanciado, aonde está em andamento o inquérito, nada foi ainda julgado, nada ainda foi apresentado como prova, nós já estamos colocando na cadeia por palavras a pessoa que está sendo indiciada o pseudo inicialmente sendo feito. O que eu quero a este Paraná e a este Parlamento é a dignidade de quem o ocupa, a responsabilidade da palavra. No passado, aqui mesmo Senhor Presidente e Senhores Deputados, foi denunciado fatos contra o ex-Prefeito Jaime Lerner, contra o atual Prefeito Rafael Greca por esse mesmo Deputado. Aonde estão as provas? Quem disse que iria sair da Tribuna e iria direto para a delegacia da Polícia Federal. Lá está a Polícia Federal, e até hoje o Jaime Lerner, até hoje o Rafael Greca, não receberam intimação nenhuma. Palavras, palavras, palavras, chega de palavras, vamos ao trabalho. Tenha Senhor Deputado Bona Turra, como sempre teve e sempre esteve presente, convoque os seus companheiros para virem a esta Casa e aprovarmos o aumento para essa família desajustada em termos salariais do Poder Judiciário. Faça as provas, dê mostras que deste Parlamento nós vamos juntar esforços para fazer com que não só essa aspiração seja feita, mas todas as aspirações deste Paraná.

Mas eu continuo Senhor Presidente e Senhores Deputados com as anotações. Foi mostrado pela Diretoria da TEJEPAR, e é de pasmar Senhores Deputados, um dossiê baseado em denúncias apresentado por duas pessoas, Armando Hogata e Geraldo Braga, que levaram uma fita cassete para o SIMPOL para provar - entre aspas - as irregularidades que todos os Srs., viram lá presentes. Vimos que a fita, - e esqueceram aqueles que mostraram - incriminava os dois, e que a íntegra do dossiê reproduz ao longo do diálogo entre os denunciados, e esta própria fita desgravada, e vimos lá na fita magnética, de que o tiro saiu pela culatra, eles foram envolvidos, expondo que Armando Hogata e Geraldo Braga visavam o lucro fácil mediante uma possível ou pretensa chegada a aquilo que realmente eles denunciavam. Vimos Srs. Deputados, assistimos o outro lado que não era apresentado neste Plenário, por isso aqui estamos para trazer a esta Casa, através de um Requerimento, uma solicitação feita ao Sr. Presidente Paulo Cordeiro para que ele tenha a oportunidade, que não me pediu, mas eu como dever aqui estou fazendo, que não me pediu, mas que eu aqui estou dizendo ao Plenário que

precisamos mostrar a esse Paraná a verdade dos fatos; e lá na mesma oportunidade foi envolvido o parente do Deputado Lourenço Fregonese, Mauro Fregonese, de nada foi comprovado, de nada teve a ser indiciado, de nada tem com toda aquela baboseira que foi dito contra aquela empresa e contra aquele diretor. Mas eu quero Sr. Presidente e Srs. Deputados, que nesta Casa fique marcado agora, de hoje em diante, quem daquele lado ou desse lado, de qualquer lado, levantar uma falsa acusação sem prova, sem fatos, sem dados que seja responsabilizado pela Mesa Executiva. Não sou eu para retirar prerrogativa de mandato algum dos Senhores Deputados, mas queria que cada Deputado, como nós, tivesse decência no comportamento e nas palavras, que nada adianta falar e não provar nada. Não foi comprovado nada até o dia de hoje e nós nesta tarde, Srs. Deputados temos a certeza que o nobre líder do governo, o Deputado Renato Adur, que é um Deputado equilibrado, que é uma pessoa racional, que não leva nas suas palavras ódio e nem vingança de qualquer tipo que seja, eu acho que esta Casa não é picadeiro, nesta Casa tem que ter respeito a todos os Poderes, nesta Casa tem que haver uma responsabilidade as companhias que são ilustres neste Paraná e neste Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nada mais, como paranaense que sou, com responsabilidade de um mandato que possuímos ficará a outra parte sem ter amparo, sem ter dignidade de respeito a figura humana e principalmente ao que é mais sério a sua família.

O Sr. Nelson Justus - V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Eu quero nesta oportunidade, Deputado Zuk, cumprimentá-lo pela maneira equilibrada com que após o seu discurso nesta oportunidade, até porque, justamente num dia como o de hoje, quando recebemos a visita de crianças, de pessoas enfim que vêm, até pela vez primeira talvez conhecer o Plenário desta Casa. É importante que se restabeleça a verdade, é importante também que se mostre o lado democrático desta Casa.

O que vale destacar nesta oportunidade Deputado Zuk, é que ao tempo em que se aproxima as novas eleições, os períodos eleitorais, fatos politiquieiros, elementos politiquieiros, pessoas que como um escaravelho, verdadeiros escaravelhos humanos que têm como hábito ver o mal em tudo que cerca...

(Tumulto no Plenário)

... deve se respeitar os dois lados e jamais permitirmos que esta Casa e que essas duas tribunas sirvam de palanques

eleitores para quem quer que seja, qual, local de palanque não é a Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Gostaria que o Deputado Bona Turra se ativesse ao Regimento Interno da Casa e que fosse específico dentro das prerrogativas nas questões de ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Eu pediria que V. Exa. pudesse registrar, que a representação que ingressou junto a Procuradoria da República, na última sexta-feira às 16:30 horas foi subscrita não apenas por este parlamentar, mas como também pelos Deputados Estaduais Geraldo Cartário, Florisvaldo Fier, Ovídio Constantino e também Ernani Pudell, além de ter sido também subscrita pelos Presidentes Estaduais do PMDB do Paraná, PC do B, PCB, PTS, PP entre outras organizações partidárias e sindicais, era o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Devidamente registrado.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Só queria solicitar da Presidência que tomasse o comando da sessão, porque diversas vezes o Deputado Bona Turra, assume o microfone para tumultuar o que o parlamentar Zuk faz nesta tarde.

Nem uma vez o Deputado Bona Turra citou o artigo o item do Regimento Interno que está sendo infringido, simplesmente se utilizou de uma prerrogativa parlamentar com o beneplácito da Mesa para tumultuar a Sessão, nenhum Deputado de oposição, Sr. Presidente, tem se valido dessa maneira antipática com os Deputados do Governo.

Eu solicito da Mesa que realmente faça com que o microfone do Deputado Bona Turra deixe de funcionar, só assim ele se calará.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Eu aviso ao ilustre Deputado Mário Bezerra que o Deputado Bona Turra já foi advertido pela Presidência e se voltar a incorrer e não respeitando a advertência, será pedido o desligamento do seu microfone.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Srs. Deputados, o Paraná é testemunha. A nossa posição é longe daquilo que é levado ao caso pessoal e muito menos, partidário. Nada temos com relação a esta ou aquela posição de candidato algum.

Temos isto sim, o dever como parlamentar, de trazer a esta Casa, o que foi relatado na presença de todos que lá estiveram presentes. Eu sei e tenho certeza que esse dossiê enviado à Procuradoria Geral

da República, enviado ao Sr. Itamar Franco, Presidente desta Nação, enviado aos canais competentes da Justiça, irão fazer com que a verdade seja apurada e lá foi levantado, Sr. Presidente a compra dos carros, lá foi levantada, através de perguntas das mais diversas, todos os assuntos relacionados a esse dossiê que foi entregue à nossa Liderança. Lá o Sr. Presidente e os Srs. Diretores de área responderam item por item, colocando o preço do telefone, fazendo porque foi feita a parceria com aquelas firmas que venceram a concorrência. Foi demonstrado que esta parceria agilizou e deu meios para que a telefonia do Paraná fosse ampliada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Concedo aparte ao Deputado Florisvaldo Fier.

O Sr. Florisvaldo Fier - Agradeço o aparte de V. Exa. e quero dizer que o convite para que cidadãos venham até o Plenário dessa Assembléia Legislativa, sempre que possível deve ser aberto, e votaremos sempre favoráveis como votamos para a vinda de Delcíno Tavares, apesar de alertado que eu não estaria presente.

Mas é oportuno também que o Sr. Paulo Cordeiro traga os documentos solicitados por esta Assembléia Legislativa, aprovado em Plenário e que jamais ele remeteu a esse Deputado, requerimento de minha autoria, solicitando documentação não foi atendido. No mesmo sentido, se ele vem como cidadão, como cidadão preste contas trazendo os documentos solicitados, coisa que ele não fez até o momento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço os votos favoráveis...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - O Deputado Luiz Carlos Zuk está usando o horário do PL.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - ...favoráveis da Bancada do PT, que dão mostras realmente de que a verdade deve ser restabelecida e trazida a este Plenário, na condição pela qual possamos de viva voz, aquilo que nos foi dito à comissão dos Deputados que ali esteve.

O Dr. Rosinha - Mas que ele traga os documentos que solicitamos há cerca de 4 meses em requerimento aprovado nesta Casa, e que jamais remeteu para cá.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Quero alertar ao Deputado Florisvaldo Fier, que nada

tenho com referência a requerimentos. Tenho isso sim, a fazer à Mesa Executiva, convite, mesmo informalmente, porque formalmente, não temos autoridade de convocar aquele Presidente, Senhores Deputados, para que venha, numa sessão pública, a esta Casa, dar o seu testemunho que já presenciámos.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Com a permissão do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, com a permissão do Presidente em exercício hoje, Deputado Geraldo Cartário, eu quero registrar aqui nesta Casa, com bastante prazer e com muita satisfação, a visita dos alunos das turmas 3.^a série, período da manhã e tarde, do Colégio Decisivo Cristo Rei.

Estas crianças estão aqui no Plenário, acompanhadas pelas Professoras Jocélia, Rosana, Suzana, Lizandra e Maria Alice. Ao Deputado que ocupa a tribuna, muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Nós é que agradecemos e nos juntamos à saudação feita a esses futuros integrantes deste e de outros poderes instituídos neste Paraná e nesta República, porque eu tenho a certeza que é através da juventude e através daqueles que realmente têm interesse no crescimento de uma família unida, organizada, honesta e trabalhadora, é que vamos vencer as dificuldades que o momento apresenta a todos nós, brasileiros.

Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, chegando ao final daquilo que foi exposto aos Senhores Deputados, nós lá estivemos e aqui nos encontramos, livres de qualquer ligação com quem quer que seja, para transmitir aquilo que realmente vimos na TELEPAR. Uma Companhia com saúde financeira invejável. Uma Companhia que é procurada a nível internacional, através das ações que coloca no mercado. E uma Companhia que, em assim sendo, tem que estar bem dirigida. Estamos aqui para testemunhar a você, Paraná, através dos seus Deputados, de que esta Casa mereceria este registro através dos anais, pelos quais toda a Casa que a lei foi presente representada, ouviu através da argumentação que nos foi mostrada.

Por isto, ao encerrar, não poderia deixar de dizer que as últimas palavras são dirigidas ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Não temos nada contra este ou aquele seu posicionamento. O que temos é que fatos que realmente vão de encontro à economia nossa e, principalmente, à imagem nossa lá fora, quando aqui no Paraná temos uma prefeitura que deu certo; quando aqui no Paraná temos uma prefeitura que é invejada em todos os quadrantes do solo pátrio do Brasil; quando aqui no Paraná temos

aquilo que é nosso, do Paraná, que é o Banco BAMERINDUS, que possa pertencer a este ou aquele homem que pegou a patente daquela organização, quando temos aqui no Paraná uma companhia que está no vigésimo quinto entre todas as maiores desta Nação. Temos, ilustre Deputado Bona Turra, quando as denúncias são feitas, fatos e, principalmente, decisões judiciais onde estes fatos possam ser analisados com uma denúncia e, principalmente com uma defesa.

Não iremos admitir. De hoje em diante, seja qual for o assunto que V.Exa. trouxer a esta Casa, não só do PTB, também não tenho procuração alguma, contra o Bamerindus, só com provas!

Contra Prefeitura de Curitiba, só com provas!

Contra Jaime Lerner, só com provas!

Porque de palavras aí estão os funcionários sem aumento e sem a presença do PMDB no plenário!

Muito obrigado.

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Esta Presidência tem muita honra em ter os companheiros do Judiciário aqui mas, uma nova manifestação, vamos ter que, infelizmente, pedir a retirada dos mesmos. Pelo Regimento da Casa não é permitida qualquer manifestação, seja de palmas ou vaias. Obrigado pela compreensão.

No Horário das Lideranças, PP.

(Declina).

PL.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, o PL simpaticamente transfere o seu espaço para o PTB.

PT. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. e Sras. aqui presentes.

Ocupo o horário da liderança do PT hoje para comunicar a esta Casa que a partir desta data assumo aqui na Assembléia Legislativa a liderança do PT.

É uma decisão da nossa bancada desde o início e entendimento pela nossa concepção de mandato de que a liderança do nosso partido seria exercida em rodízio pelos nossos 3 Deputados. E assim, no início do nosso mandato o Deputado Ernani Pudell exerceu com brilhantismo esta função. Na sequência encerrando hoje a sua função nesta liderança o Deputado Rosinha e por este entendimento assumimos a função neste dia a partir de agora até o final do nosso mandato.

Com muita honra e com muita responsabilidade entendo que assumo esta função na

Assembléia. Digo com muita honra porque ser Deputado do PT para nós é uma honra em função de aqui representarmos a classe trabalhadora nesta Assembléia, nesta Casa de Leis. Digo com muita honra porque o PT hoje queiram ou não os nossos inimigos e nossos adversários é uma referência política à sociedade brasileira e principalmente à classe trabalhadora.

Nesse sentido e nesse entendimento e nesse entendimento, espero que minha responsabilidade seja de forma como assumiram os meus dois companheiros até aqui e farei o possível para que assim também o faça.

Numa realidade de muita dificuldade diante do descrédito político que hoje se faz em nosso País, os desvios das funções reais dos deveres constituídos fazem com que o povo não acredite mais nos políticos e na política. Os cargos de função pública que são vistos hoje pela população, não é novidade para nenhum de nós ouvir nos nossos contatos com a população de que não acreditam nos políticos.

No meu entendimento isso se dá pelos desvios que se usa pelos poderes instituídos. O que nós vemos hoje na grande maioria a nossa realidade, os poderes constituídos delegados aos políticos sejam eles dos diversos poderes, na sua grande maioria são exercidos para favorecimentos econômicos e sociais de pequenos grupos e setores ou até indivíduos em prejuízos da grande maioria da nossa população. A corrupção é a malversação dos recursos públicos e do patrimônio público hoje é uma referência para o descrédito da classe política nacional.

O tráfico de influências que favorecem grupos interesseiros e que isso faz com que o uso do poder não seja exercido de forma a favorecer a grande maioria da nossa população.

E quero registrar um fato que no meu entendimento se enquadra para fazer com que os poderes sejam desmoralizados. Há alguns instantes passando pelos corredores da Assembléia Legislativa eu via o pátio do Palácio Iguaçu repleto de ambulâncias e de carros e uma fila de Deputados se dirigindo ao Palácio, provavelmente, para repetir aquilo que se fez há poucos dias, no meu entendimento, usando mal o dinheiro público e para fazer políticas eleitoreiras.

São muitas as razões Sr. Presidente, Srs. Deputados que o povo tem para não acreditar na política e nos políticos.

Temos nós do PT feito grande esforço para inverter muitas dessas práticas e que por isso muitas vezes somos condenados.

A história do nosso País é uma história de que não se tem partidos fortes e partidos ideológicos, isto é uma grande dificuldade para se implementar políticas

de corporações e eu diria políticas partidárias que façam com que os partidos realmente representem aquilo que têm nas suas diretrizes e nos seus programas. Os partidos populares a história do Brasil nos conta de que por golpes e contragolpes são massacrados, destruídas lideranças que emergem dos seios populares são impedidas de exercerem suas funções. Para nós eu digo que é com muita responsabilidade essa função porque temos e entendemos que o PT vem se firmando como um exemplo de política séria, de política que representa a grande maioria da nossa população e por isso muitas vezes não somos entendidos até pelos nossos colegas parlamentares. As decisões do nosso Partido sempre são colocadas como decisão de Bancada, não de cabresto como muitas vezes se entende, porque entendemos que um Partido político que tem idéias claras e que a representação partidária pelos seus princípios e programas, porque programas da população deve ser maior que interesses particulares de cada um que detém o mandato.

Eu digo que com muita honra e responsabilidade assumo essa liderança, porque entendo que graças ao nosso Partido e a sua prática discordada por muitos é que hoje detenho esse mandato de Deputado.

Um exemplo de que os partidos do nosso País na grande maioria são insipientes e não representam os anseios da grande maioria da população é um exemplo típico de que ocorreu na última eleição presidencial, quando um Presidente sem nenhuma representação de base ou sem nenhuma força política para lhe sustentar no Poder inventa-se partidos e consegue-se postos para destruir o País.

Sr. Presidente, eu uso o horário da Liderança do PSDB para concluir o meu pronunciamento.

A prática política normalmente se faz de forma que não contempla os interesses da maioria da população, esse esforço temos feito e o nosso Partido tem feito a nível de País inteiro para inverter a realidade política.

Não somos os donos da verdade, não somos os únicos que pensamos assim e que queremos o bem dessa cidade e do nosso País. Mas as práticas até hoje colocadas mostram que não se leva a contento e que não se satisfaz os interesses da população pelo que vem se fazendo nos últimos anos e nas últimas décadas no nosso País, tanto é que os resultados estão aí, milhões de brasileiros morrendo de fome, chacinas a todos os momentos, enquanto o povo briga e morre para conquistar o direito à vida nesse País. Temos feito esse discurso apesar de não sermos compreendidos.

No último final de semana o nosso Partido se reúne na Cidade de Londrina, a

segunda Cidade do Paraná onde detemos lá o comando da Prefeitura através do Prefeito Luiz Eduardo Cheida.

A nossa discussão esteve presente a participação de um envolvimento de uma discussão simples e prática em termos do nosso Partido, de que o Partido através de um conselho interno, de um fórum possa acompanhar a administração do Prefeito Luiz E. Cheida, porque é uma prática nossa, para que o Partido possa estar acompanhando e poder defender, ou criticar, se for o caso, a administração, e por isso o compromisso não é simplesmente de quem detém o mandato, mas é de uma responsabilidade partidária e o nosso companheiro Prefeito tem esse entendimento, e com muita clareza se discutiu isso, infelizmente a própria imprensa não entende a prática política que no nosso ver é praticado e é correto, e acabou de escrever e noticiar de que o PT estava lá para colocar um freio, ou colocar um conselho para fiscalizar a administração do nosso companheiro. Não é esse o interesse e não é esse o conceito que entendemos de mandato, mas sim um conceito Partidário, na medida em que a Prefeitura de Londrina, na medida em que um mandato de um Deputado do PT reflète bem ou mal, o compromisso é Partidário. E nós estamos diante de um compromisso muito grande perante a Nação brasileira de assumir a Presidência da República através do nosso companheiro Lula no ano que vem e por isso o PT tem essa responsabilidade, e entendemos que todos nós somos co-responsáveis pelos atos, e o nosso Partido tem feito o esforço possível para manter estes princípios, inclusive expulsando Parlamentares, expulsando detentores de mandatos quando não correspondem aos anseios da maioria da população. Eu concedo um aparte ao Deputado Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Em primeiro lugar Deputado Ovídio gostaríamos de parabenizá-lo pela condução de sua pessoa à Liderança do Partido dos Trabalhadores. Prestei muita atenção no que o Senhor disse, o Senhor disse algumas verdades para este Parlamento e para esta platéia, mas vejamos: não é só o Partido dos Trabalhadores que luta pelas causas trabalhistas e desses mesmos trabalhadores no Brasil; todos os Partidos representam os trabalhadores deste País nesta Assembléia. Em segundo lugar, gostaria de lembrar, o Senhor disse que a população anda desacreditada nos políticos. Isso tem muito de verdade, mas tem muito de verdade também o seguinte: O Presidente do PT, o Lula, recentemente em todos os jornais do Brasil afirmou que 80% da máquina pública é dirigida pelo Partido dos Trabalhadores. Então, é uma posição a ser repensada, o próprio

Curitiba, quarta, em 01.09.93

Presidente do Partido vem a público e diz que o PT detém 80% da máquina pública nacional. A gente fica a pensar, será que o PT é o Partido certo? Eu acredito e falei hoje a um companheiro Deputado que competência não tem Partido, existem pessoas competentes, honestas e que merecem ter o seu espaço mantido na Nação brasileira em todas as siglas Partidárias que aqui são representadas. Por isso, eu só deixo uma pergunta no ar: vamos repensar, esse País, vamos repensar as posições e não vamos colocar irmão contra irmão, brasileiro contra brasileiro porque de nada isso leva ao engrandecimento da Nação brasileira. Todas as pessoas de bem, que lutam por alguma causa que seja favorável à população brasileira elas merecem ser ouvidas, ser prestigiadas e ser respeitadas. Por isso, Deputado Ovídio parabênizo a sua liderança e espero que seja por inúmeros anos nesta Assembléia Legislativa através do Partido dos Trabalhadores. Mas agora, os Partidos aqui nesta Casa representam as massas trabalhadoras, porque o sabe muito bem da nossa posição nas questões do Estado do Paraná e nas questões brasileiras. Por isso eu lhe digo: vamos repensar, e não vamos dizer: nós somos os melhores porque nós não o somos.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Agradeço o Deputado Fregonese pelo aparte. Quero repetir que eu disse que não somos os únicos e não somos os santos; mas uma prova está aí Deputado Fregonese, o Partido que nasceu e que em treze anos, ou já em dez anos como na eleição passada estava na iminência de assumir a Presidência da República e muito mais agora no ano que vem, não é de graça, isso é a prova de que o nosso Partido tem a responsabilidade com a classe trabalhadora muito mais. Mas eu disse antes e repito que não somos os únicos. Têm pessoas sérias em muitos Partidos, mas o nosso País não tem tradição Partidária e muitas vezes, e na grande maioria, as pessoas representam o que elas pensam e não os interesses da representação Partidária.

Enquanto não tivermos Partidos fortes neste País a democracia não será tão correta e não será sólida como ela precisa, porque tem que se trabalhar e fazer política em cima de projetos e propostas, não vale um político ou qualquer pessoa, qualquer cidadão se eleger com o seu conhecimento simples e amanhã ele poderá mudar de idéia, se não tiver os princípios de um programa a ser apresentado à sociedade.

E quanto ao nosso domínio da máquina pública, ficamos satisfeitos de que 80% dos servidores públicos deste País, apóiam o PT, isto é a prova de que o nosso partido representa seriedade.

Agora esses servidores não são aqueles que dirigem os órgãos públicos e nem detêm os poderes para deliberar, se assim o fosse eu tenho certeza este País não seria desta forma.

Temos com muita honra de ser representados dentro do poder público, provavelmente tenho a certeza, Deputado Fregonese, que aqueles 20% que não são do PT são os que dominam a máquina pública e fazem o poder público ser o que é hoje, desacreditado, da sociedade brasileira.

Então que quero, para encerrar, Senhor Presidente, dizer aos Senhores Deputados que aqui assumindo este posto, queremos nos colocar à disposição das bancadas para que, embora sendo pequena a nossa bancada, mas tem muito a contribuir e contribuir nesta Casa e para que como líder aqui estarei disposto e propenso quando possível para procurar os entendimentos das bancadas para o bem do Paraná e para isso não queremos ser confundidos como alguém que vai negociar manobras de interesse desses ou daqueles grupos ou de partidos, mas representando aqui o interesse da nossa bancada, o entendimento no sentido de abertura e diálogo para que possamos desempenhar aqui um mandato legislativo e a nossa bancada representar realmente um interesse da maioria da população que entendemos representar, pelo que dizem hoje as pesquisas quando da eleição presidencial e queremos que a nossa relação seja de independência...

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Confesso-me espantado, perplexo e indignado.

Em curso hoje no primeiro distrito policial desta Capital, inquérito criminal que apura delitos vários contra a administração pública federal do Estado do Paraná e a economia popular.

Delitos que vão desde o desvio e apropriação no interesse do diretor presidente da TELEPAR e de outros que em concorrência delinquem contra a administração e a economia popular o desvio de recursos arrecadados pela TELEPAR para a Sociedade Paranaense de Combate ao Câncer, passando por fraudes a contratos de licitações, violência contra servidores daquela companhia, crimes hediondos porque praticados contra a economia popular.

Sobre esses crimes a demonstrar que a amplitude é vasta e o objeto é denso e as provas são robustas também a Procuradoria da República atuante no Paraná instaurou inquérito próprio.

Nem Brasília tantas vezes distante do Paraná e das unidades federadas deixou de instaurar o processo de sindicância própria com base em indícios, evidências e

provas do cometimento de crimes.

6.^a feira última às 16:00 horas fizemos ingressar a frente ampla, a frente ampla fez ingressar junto à Procuradoria da República nova representação, mas de coerência e entendimento com as bancadas e com as lideranças partidárias desta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Por solicitação do Deputado Duílio Genari, esta Presidência registra a presença do Secretário da Agricultura e Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural do Município de Toledo.

No Horário das Lideranças, convidamos o Deputado Bona Turra do PMDB.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Nova representação. Desta vez, articulando o conjunto dos fatos e também arguindo os fundamentos de direito para, ao final, pedir, àquela Procuradoria que já tem inquérito próprio instaurado, que em face dos crimes noticiados e das provas juntadas à presente representação, procedesse, aquela Procuradoria, o afastamento imediato de toda a Diretoria da TELEPAR, a realização de ampla auditoria naquela Companhia, a suspensão de todas as licitações e contratos em curso na TELEPAR, em especial os relativos ao plano de Atendimento Integral a Demanda. E, para além disso, porque esse também é o objeto da representação à Presidência da República e Presidência do Tribunal de Contas da União, a Frente Ampla integrada por 5 Parlamentares desde já, e estou certo que por outros que virão se somar, requer, também, o seqüestro de bens dos Senhores Diretores da TELEPAR, tantos quantos bastem, para fazer ressarcir e resguardar a economia popular aquilo que lhe foi subtraído, como pede a prisão preventiva do Diretor-Presidente da Telecomunicações do Paraná- TELEPAR S.A.

Que fatos e quais os fundamentos que deram causa a tão drásticos e decisivos pedidos, elaborados não por um dos membros desta Casa, mas 5 integrantes de três Partidos Políticos diferentes e que é também objeto de apreensão, tenho certeza, de grande parte dos membros desta Casa?

Que fatos tão graves levaram o Presidente Estadual do PMDB do Paraná, ex-Deputado Federal, ex-Prefeito, ao lado da Presidência do Partido dos Trabalhadores, ao lado da Presidência do Partido Comunista do Brasil, da Presidência do Partido Popular Socialista, do Partido Comunista Brasileiro, do Partido Progressista do Paraná, que fatos tão graves levaram tantos homens e mulheres num mesmo tempo, requererem o imediato afastamento da Diretoria da TELEPAR, a prisão preventiva do seu Diretor-Presidente e o seqüestro dos bens

para fazer ressarcir ao Paraná e à Telecomunicações do Paraná os danos que lhe foram causados?

São vários! E eles vão desde tempos remotos - não tanto assim -, desde 1983, quando já nos primeiros meses de gestão o então Governador, hoje Senador da República, José Richa, e foi objeto de CPI nesta Casa, demitiu o Senhor Paulo Roberto Cordeiro por corrupção, peculato e crime contra o patrimônio público estadual. E esses crimes iam desde o emprego em atividade doméstica de trabalhadora rural da Banestado Reflorestadora, Senhora Cleusa Cruz, até apropriação indébita e venda pelo Jornal "Gazeta do Povo", de dois aparelhos de ar condicionado, chegando à contratação de sua própria empresa para a prestação de serviços à Banestado Reflorestadora.

Se esses fatos o faziam um criminoso estadual, os novos fatos o fazem um criminoso federal! Porque é com base na própria declaração do Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR que se funda esta representação. Com base em suas declarações e em seu ofício endereçado a todos os Senhores Parlamentares é que concluímos que o famigerado "Pacote Violeta", que consiste na implantação de mais de 50 mil terminais, linhas telefônicas no Estado, está superfaturado - segundo valores estimados e orçados pela própria TELEPAR, em quase 7 milhões de dólares.

É com base nas próprias declarações e no próprio ofício do Diretor-Presidente da TELEPAR, que descobrimos que a empresa Phonesul de Comercialização percebe o equivalente a 5% sobre cada alínea comercializada no Estado, o que significa uma taxa de comissão de 8 milhões e meio de dólares só a título de comercialização, atividade que sempre fez e com muita propriedade, a Telecomunicações do Paraná.

Portanto, é com base nas declarações do próprio Diretor-Presidente, que se identificou fraude desde a fase de habilitação, passando pela fase de vistas técnicas, para finalmente, se consagrar o superfaturamento desbragado na implantação dos 134 mil terminais telefônicos, ao ponto de a Telecomunicações do Paraná, de estar subsidiando o setor privado na ordem de 170 milhões de dólares. 170 milhões de dólares de subsídios ao setor privado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa que o horário do PMDB está vencido. Concede um minuto para concluir.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Concluirei nesse minuto, embora os crimes todos devam dar muitas voltas.

A contratação de compra de veículos, reproduzindo uma velha prática que já tinha na Banestado Reflorestadora.

Não poderei conceder aparte porque o meu tempo está esgotando.

Mas, Senhor Presidente, há também as violências contra funcionários da TELEPAR, que denunciaram esses crimes e essas falcatruas, o arrombamento de casas, o incêndio de carros, as ameaças ao próprio Delegado do 1º Distrito Policial, passando pelas escutas telefônicas e por outros métodos torpes que são muito próprios da direita política no Brasil.

Então Senhor Presidente, o meu espanto, a minha perplexidade e a minha indignação, porque diante de tão graves e provados crimes contra a administração pública federal, diante de tão graves crimes contra a economia popular, exige-se e isso eu faço em nome dos mais de 12 mil paranaenses, que demos um paradeiro a tudo isso e tenha absoluta segurança e essa convicção quero transmitir aos Senhores Parlamentares: se o impedimento da diretoria não for declarado administrativamente, e o será tenho certeza. Senão for declarado administrativamente, o será, certamente, pela via judicial e é por isso que ao lado de diversos outros Deputados Federais e inclusive acompanhamento do Senador da República José Richa e de outros patriotas que no Congresso Nacional atuam em nome do Paraná, esses documentos e provas serão submetidos ao Presidente da República e darão causa não apenas à demissão da diretoria da TELEPAR, como sobretudo, a responsabilização civil e criminal dos que denegriram contra a economia popular, contra os interesses do nosso povo, contra a administração da União e contra os interesses do Estado do Paraná que também é acionista daquela Comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A palavra está com a Liderança do PTB.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Quero informar à Casa que amanhã estarei participando de um debate sobre revisão constitucional promovido pelo Sindicato dos Servidores de Céu Azul. Então justifico a minha ausência na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A palavra está com o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, Senhores visitantes.

Sentimo-nos honrados com a presença dos Senhores e Senhoras, mas infelizmente o motivo que os traz aqui, será frustrado, porque não haverá quórum suficiente para votação de nenhuma matéria. Mesmo assim, agradecemos a presença dos senhores e das

senhoras. A Bancada do Governo, do PMDB, do PT, parte do PFL se ausentaram do Plenário para que não haja quórum como já fizeram ontem e estão fazendo hoje e farão amanhã, postergando a aprovação dessas matérias para depois da semana da Pátria, infelizmente.

Senhor Presidente, concedo um aparte na introdução no meu discurso, ao Deputado Nelson Justus.

O Sr. Nelson Justus - Muito obrigado, Deputado Mário Bezerra.

Eu faço nesse instante e agradeço o aparte de Vossa Excelência, apenas para que nós não percamos o fio da meada.

Eu escutei atentamente e infelizmente, por uma questão de tempo, o Deputado Bona Turra não pôde me conceder o aparte.

É muito fácil. Nós temos que perder esse hábito. Senhores que foram adquiridos em 91, pela TELEPAR, 252 veículos. Cinco da General Motors, 200 Fiats, um da Lada, 46 Volkswagens. Em 92, dois veículos da General Motors, 130 da Fiat, 27 da Lada e 117 da Volkswagen. Não sei qual a razão que o Presidente da TELEPAR possui ações da Lada, o que é uma atividade empresarial a que todos estamos sujeitos. Mas, de maneira alguma, pode-se questionar a lisura de tais compras.

É muito fácil subir à uma tribuna, abrir o travesseiro e jogar as penas. Difícil está em reconstituí-las. E não podemos entrar neste jogo. Tínhamos aqui que salvaguardar a dignidade desta Casa. Aquilo lá é um palanque, não é fórum para isto. O fórum é realmente a Justiça comum. Quando se fala que o Presidente da TELEPAR foi julgado e condenado, não é verdade! Tenho aqui uma cópia do processo, não foi condenado! Os aparelhos de ar condicionado, na conclusão do meritíssimo juiz diz que são parecidos, não são nem similares! É muito fácil jogar este tipo de acusações.

Acho que não deveríamos descer ao nível. Não deveríamos nos preocupar com as vidas particulares, com as atividades posicionais, aos comprometimentos bancários. Não. O patrimônio de cada um é a verdade, a dignidade, o respeito e, sobretudo, o respeito que temos que ter com esta Casa.

Agradeço. Mas não poderia, principalmente quando se fala da Liga Paranaense de Combate ao Câncer, falar-se que houve qualquer irregularidade na doação a esta Liga, não posso me calar de maneira alguma é muito fácil e temos que perder este hábito, é muito fácil ocupar esta tribuna, subir ao topo da montanha, abrir-se o travesseiro e jogar as penas de cima. O difícil sim é depois a reconstituição, a recuperação destas penas.

Vejá bem, Deputado Mário Bezerra, de-

núncias quanto ao Hospital de Combate ao Câncer, quanto à aquisição de veículos, quanto a preços superfaturados. Não posso neste momento calar aqui e deixar bem clara a mediocridade dos acusadores ao falar da Liga Paranaense de Combate ao Câncer. Ora, a TELEPAR que já faz isto há muitos anos quando implantou a telefonia celular no Paraná em face dos pedidos especiais, determinou o recolhimento de doações para usuários que quisessem fazer à determinadas instituições de caridade. Questionarmos aqui a legalidade destas doações, é no mínimo medíocre.

Foram feitas doações à Liga Paranaense de Combater ao Câncer! Ninguém pode questionar a idoneidade daquelas pessoas de bem que lá dirigem os destinos desta Casa.

Foram feitas doações e todas comprobatórias ao Hospital Erasto Gaertner, a outras entidades, ao Lar dos Meninos da Rua... ora, estas doações que foram feitas para instituições que deveriam ser assistidas pelo Governo, foram feitas por entidades particulares, via TELEPAR. Não posso me calar quando se questionam doações desta natureza.

Como também não posso me calar quanto à compra de veículos da TELEPAR. Ora, meu Deus do céu, tenho aqui porque também requeri à TELEPAR elementos para poder rebater tais acusações, só quero confirmar com os ...

Agradeço Deputado Mário Bezerra a interferência.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem) - Senhor Presidente eu apenas queria registrar neste plenário que infelizmente a notícia trazida pelo nosso colega Caco Lacerda que traz triste notícia, também extensiva a todos nós que nos orgulhamos daquela amizade prendada no interesse realmente do Paraná, da nossa Ponta Grossa, do nosso Brasil o falecimento do ex-Deputado Horácio Vargas que deixa de conviver conosco e passa a pertencer a um mundo muito superior aonde as intrigas, as difamações, as calúnias, as injúrias a aquele meio material que envolve todos nós lá está Horácio partindo na condição pela qual essa Casa, essa imprensa que ele teve na imprensa do Paraná o maior respeito, maior intimidade e, principalmente, a maior identificação nos propósitos que sempre nortearam a sua presença na vida pública eu queria fazer esse registro e pedir a esta Casa que, senão hoje, mais em outra oportunidade fosse feito a memória deste ilustre parlamentar, não só o voto de pesar que apresentamos nesse instante.

Era isso Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra com pesar o fale-

cimento do Deputado Horácio Vargas e agradece ao Deputado Zuk pela comunicação que faz ao plenário como também ao Deputado Anibal Khury amigo e companheiro pessoal de Horácio Vargas. Fica registrado e oportunamente reservaremos o Expediente de uma sessão plenária para que possamos render nossas homenagens ao ex-Deputado Horácio Vargas.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu só quero fazer uma referência a uma matéria contida no jornal Correio de Notícias de hoje que tem algumas críticas ao Governo provisório do Governador Roberto Requião.

Diz o seguinte:

O Paraná é, graças especialmente aos governos imobilistas de Ney Braga, o segundo, para cá, uma espécie de Nordeste do Sul.

Claro que isso é incompatível com a pregação propagandística do governo provisório que insiste na ufanística afirmação de que o Paraná é o Brasil que deu certo.

Só que enquanto faz a badalação em cima do Prosam, "o maior programa ambiental do País", a Região Metropolitana está sem água. Vejamos como está o Paraná, conforme os dados oficiais e não os do brinçalhão do Centro Cívico, e teremos uma idéia de quanto o Brasil encolhe nessa outrora Canaã. Começamos por essa questão do saneamento tão propagada: 58% dos paranaenses não têm esgoto adequado e 20,2% não contam com água.

O primeiro indicador - o da carência de esgoto - parece que nos lança objetivamente na fossa: Brasília tem apenas 7,2% sem esgoto, São Paulo 16,6%, Rio 20,7, enfim uma distância brutal entre a nossa situação e a dos Estados referidos. Façamos um confronto com o Rio Grande do Sul e Santa Catarina: naquele há 37,1% e neste 33,1%.

Mas, apesar de engolfados nas fossas negras e envoltos num oceano fecal, insiste-se em dizer que estamos numa boa. E mistura-se intenção e projeto para o futuro com o que está ocorrendo hoje para sugerir a velha técnica de confundir árvore com floresta.

É claro que a situação brasileira neste particular está caótica: Alagoas, terra de Collor, até outro dia presidente como Requião também estava governador, tem 91,5% sem esgoto e só perde para Mato Grosso do Sul com 91,8%.

Maranhão com 84, Piauí com 81,9, Seripe com 81,1, dão mais ou menos uma amostragem dos nossos padrões de saneamento que por sua vez irão explicar tormenta das doenças de origem hídrica.

O objetivo de relacionar esses Estados é exatamente para mostrar que são sombrios

os indicadores brasileiros, mas os do Paraná, diante do que tradicionalmente se diz aqui na cultura do conformismo pela saturação publicitária, assustam ainda mais porque não acompanham, nem de longe, a situação dos nossos vizinhos.

Vejamos agora outra questão muito badalada e ligada ao saneamento básico - a da água. Com 20,2 da população sem abastecimento de água adequado, aparecemos perdendo longe de catarinenses (11,2) e de gaúchos (15,1). Estão melhor do que nós São Paulo com 4,7 de não atendimento, Brasília 8%, Rio 10,6, somos, portanto, o sexto.

O governador interino volta e meia faz o gênero fidalgo, ele que lembra em tudo um daqueles aristocratas de Roma (com a diferença que não lê, tal a sua compulsiva preguiça ao lado de sua presunção de sábio, de onisciente), costuma fazer o gênero filantrópico, o sensível às questões sociais, o indignado com a "exploração" do trabalho. Só que não sabe que o Paraná é um dos campeões do País em trabalho, praticamente escravo, de crianças de 10 a 14 anos no Brasil. 23,5% desse contingente está, desde tenra idade, integrado ao mercado de trabalho.

Enquanto faz demagogia em cima do transporte de bóias-frias, o governante provisório não enxerga a exploração das crianças. Só estão pior do que o Paraná nesse indicador Piauí com 30,9 e Maranhão com 27,2. Uma vergonha escabrosa que tira a máscara de reformador social desse ocioso e trapalhão que só aplica o seu tempo em jogo de vaidade e provocações a adversários reais ou imaginários.

Como compatibilizar depois desses referenciais a imagem propagandística e a realidade? Será que tapeando, de forma sistemática, a população com anúncios mostrando o atendimento a crianças de rua no funcionamento da ASSOMA (nesse particular outra vez o governo estadual leva um "banho" da Prefeitura), o governador sub-ju- dice estará enfrentando o problema? Claramente não.

Juntando-se esse dado estarecedor ao relativo ao percentual de crianças de 7 a 14 anos sem escola chega-se à compreensão profunda das nossas tensões sociais: 15,8% dessa faixa etária não têm escola. Vejamos os indicadores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul: 12,1 e 10,6. Para completar a avaliação comparativa, analógica, vejamos outros Estados: Brasília 5,6, São Paulo 9,1, Rio 9,6, Minas 14,4, Goiás 15,2. Enfim um oitavo lugar.

Qual o governo, no entanto, que mais fala em moralidade, austeridade, no Brasil? Nenhum se lhe iguala. Igualmente, afora São Paulo, nenhum dos Estados brasileiros despende o que ele faz com propa-

ganda. Porque essa é a forma que encontrou para suprir a sua falta de determinação, de honestidade, de respeito ao público e de competência.

Tem que mentir, mentir diariamente, mentir à medida que respira para sugerir ao público que faz alguma coisa e assim, por essa forma fascista de condicionamento, com surfista da mídia, garantir o Ibope e assegurar a continuidade de seu carreirismo político que não leva a lugar algum e que não consegue encobrir a realidade constrangedora.

E depois, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados tem que ouvir asneiras de alguém que não traz nenhuma prova para tentar se promover na política porque o ano que vem está chegando. Um Governo como Requião que ludibria a população através da imprensa, a preço de ouro, e que não fala a verdade. São os helicópteros que até hoje a Assembléia espera a resposta, solicitamos no começo do ano um relatório completo sobre as falcatuas da compra de dois helicópteros, quando o povo do Paraná perdeu 600 mil dólares, quase, ou mais que isso. Ele não diz a verdade sobre a COPEL, que ele mesmo denunciou mas não apurou os fatos: sobre a Secretaria da Comunicação Social, ele também não fala ao povo do Paraná; sobre a FUNDEPAR, administrada pelo seu irmão; o uso de veículos de comunicação social com as empresas, rádio e televisão do Paraná, que estão a serviço do Requião, isso também é ilegal. Usam a máquina do Governo para pressionar os magistrados e a população, quando ele foi cassado justamente pela justiça do Paraná. Esperamos que a justiça de Brasília respalde a decisão da justiça do Paraná, só assim iremos moralizar a pouca vergonha que está ali colocada no Palácio Iguazu. A grande verdade minha gente, Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados, é que nós não temos o espaço que o Governo tem para denunciar as falcatuas, a falta de licitação pública numa série de segmentos do seu Governo para que a população saiba. Hoje o povo infelizmente está com a venda nos olhos porque Governo a preço de ouro faz com que a oposição desta Assembléia se cale. É necessário que falemos aqui junto ao Deputado Bona Turra, olho por olho, seremos coerentes naquilo que fazemos, fiscalizemos os atos do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Srs. Deputados Dr. Rosinha, Ernani Pu-

dell e Ovídio Constantino, constante do expediente, comunicando que a partir desta data o Sr. Deputado Ovídio Constantino será o novo Líder do PT nesta Casa, e a vice-liderança caberá ao Sr. Deputado Ernani Pudell. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoioimento **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury e Heinz Herwig, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Arthur Ritti, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições constantes da Ordem do Dia, da presente Sessão, excluída a Proposição n° 032/93. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n° 012/93 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei Complementar n° 046/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando preferência de votação para a Proposição n° 032/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Retirado pelo autor.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando preferência de votação para a Proposição n° 032/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos acima aprovados, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, con-

forme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Resolução n° 012/93, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Autoriza a realização de plebiscito na área abaixo descrita, para que a respectiva população manifeste-se quanto a criação do município de Espigão Alto do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei Complementar n° 046/93, de autoria do Deputado Anibal Khury. Revoga o artigo 7°, da Lei Complementar n° 46, de 20 de dezembro de 1989. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e E.C.S.P. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Essa Casa precisa hoje fazer justiça, como tem procurado fazer em outras oportunidades. Aqui estão hoje, nas galerias, servidores públicos da Secretaria de Segurança Pública, da SINCIAPOL, da União da Polícia Civil, da Associação de Datilócopistas e Identificadores, da Associação dos Escrivães, dos Operadores em Telecomunicações da Polícia Civil, dos Detetives e Investigadores. Todos vieram aqui nesta Casa, hoje, na expectativa de rever uma situação que há muito tempo tem trazido seriíssimos problemas, a questão salarial dos Servidores Públicos.

E, em bom tempo o Deputado Anibal Khury, trouxe ao Plenário desta Casa esta Lei Complementar de n° 46/93.

(Lê): "Para que os Srs. saibam este Projeto trata da revogação do artigo 7° da Lei Complementar n° 46, de 20 de dezembro de 1989. Esse diploma legal veio abolir, sumariamente, uma importante conquista da classe dos servidores policiais civis do Estado do Paraná.

Engendrado no seio de uma Lei de fixação de vencimentos para os senhores Delegados de Polícia, o dispositivo em tela suprimiu o artigo 291 da Lei Complementar número 14, de 26 de maio de 1982.

Vejam, Senhores Deputados, o tamanho da injustiça forjada por aquela lei do ex-governador Álvaro Dias: enquanto os vencimentos dos Senhores Delegados, de 1.^a a 4.^a classes, ficou definido em percentuais reajustáveis, o dos policiais em geral ficou fixado em valores nominais.

A Lei colocou por terra o escalonamento vertical para a Polícia Civil, desvinculando o salário das diversas carreiras policiais do salário dos delegados de polícia.

Os Delegados, pela Constituição, obtiveram isonomia com os Senhores Juizes de Direito, enquanto os salários dos poli-

Curitiba, quarta, em 01.09.93

ciais foram cada vez mais achatados.

O escalonamento vertical, obedecendo a índices decrescentes a partir do salário dos senhores delegados, foi uma importante conquista da classe policial, que vigorou por mais de 15 anos no Estado do Paraná."

Então Senhores Parlamentares, em que pese todo o respeito que nós temos com a classe dos Srs. delegados de polícia e aqui não se pretende neste momento colocar em disputa as categorias dos delegados com os policiais, em absoluto, mas não podemos deixar de reconhecer que a Polícia Civil não se resume apenas aos delegados, aliás muito pelo contrário, não fora a ação dos investigadores, dos detetives, dos datilócopistas, certamente não existiria a figura do Delegado de Polícia que é apenas a parte final de um inquérito policial.

(Lê): "Todas as carreiras Policiais são de vital importância para o bom desenvolvimento dos serviços de segurança pública: e também manda, o bom senso, que vejamos nos baixos salários pagos aos policiais, um motivo relevante na atual conjuntura problemática da segurança pública paranaense.

Sabe, o Senhor Governador de que recursos humanos valorizados constituem investimento em política de segurança pública. É básico, em administração, entender que a produtividade do servidor está intimamente ligada à valorização salarial."

Por isso, em nome de muitos policiais que já tombaram na defesa, na tentativa de defender a classe e acima de tudo na defesa da sociedade paranaense, em nome de:

ADÃO ELOI TROJAN -

Falecido em 21.03.88 - politraumatismo - acidente de trânsito em Curitiba-Pr., Detetive de 4.^a classe - beneficiária Zeneide Esbelta Mota Trojan (esposa) residente Rua Ataulfo Alves, n° 511 - Maringá-Pr. fone: (0442) 22.6799.

AGENOR MARCOLA -

Falecido em 10.02.83 - hemotórax e hemopericárdio por ferida penetrante do tórax por projétil de arma de fogo em Curitiba-Pr., Agente de Segurança de 4.^a classe - beneficiária Aparecida Feliz de Marcola (esposa) - Rua Agenor Marcola, n° 8 Vila Nori - Curitiba-Pr.

AILTON BERNARDINO DA SILVA -

Falecido em 21.03.89 - hemorragia aguda transfixiante de tórax e abdômen - projétil de arma de fogo, Curitiba-Pr., Detetive de 4.^a classe - beneficiária Elisabete da Silva Olivetto (esposa) - Rua B bloco 4 Apto 21 - Campo Comprido Curitiba-Pr., fone: 285-2995.

ÁLVARO BASSO -

Falecido em 11.04.86 - hematoma e edema cerebral difuso - ferida transfixiante crânio - encefálico, instrumento perfuro - contundente, Maringá-Pr., carcereiro de 4.^a classe - beneficiária Doroti Basso (esposa), residente Av. Mandacaru s/n°, fundos - Maringá-Pr.

ANTERO ALVES DE GOIS -

Falecido em 31.01.87 - choque hemorrágico irreversível - politraumatismo - acidente de trânsito, Pato Branco - carcereiro de 4.^a classe - beneficiária Aparecida Ruidiger Alves de Gois (esposa) - residente em Curitiba-Pr.

ANTONIO FERREIRA DO NASCIMENTO FILHO -

Falecido em 13.10.87 - choque hipovolêmico por hemorragia externa aguda, perfuro contundente, projétil de arma de fogo - Cascavel-Pr., Detetive de 4.^a classe - beneficiária Odete Helena do Nascimento (esposa), residente Rua Minas Gerais, 2021 - bloco A - Apto. 4 - centro - Cascavel-Pr.

ANTONIO PEREIRA DA SILVA -

Falecido em 20.05.87 - embolia pulmonar, fratura coluna torácica coparaplegia, acidente de automóvel - Maringá-Pr., Detetive de 3.^a classe - beneficiária Irene Benedita de Oliveira Silva (esposa), residente Rua 12 n° 86 - conjunto Hermas Moraes de Barros - Maringá.

ARI JOSÉ SPEROTTO -

Falecido em 29.06.84 - choque hemorrágico (anemia aguda projétil de arma de fogo) - São João-Pr., Agente de Segurança de 4.^a classe - beneficiária Roseli Bueno Sperotto (esposa), residente Avenida Água Verde, 2503 - Vl. Izabel - Curitiba-Pr.

ARISTIDES BARBOSA DE SOUZA -

Falecido em 26.04.85 - traumatismo crânio-encefálico, projétil de arma de fogo - Guarapuava-Pr., Carcereiro de 4.^a classe - beneficiária Odete Barbosa de Souza (mãe), residente Rua Iguaçu, 184 - Vila Cipa - Ponta Grossa-Pr., telefone n° 23-3040.

BENJAMIM SIQUEIRA DE CASTRO -

Falecido em 27.03.88 - hemorragia aguda, ferida penetrante do tórax projétil de arma de fogo - Curitiba-Pr., Carcereiro de 4.^a classe - beneficiária Romilda de Paula Siqueira de Castro (mãe), residente Rua Duarte da Costa, 624 - Curitiba (da genitora).

CARLITO GOMES -

Falecido em 19.05.81 - choque hemorrágico irreversível, perfuração pulmão, agressão arma de fogo - Foz do Iguaçu-Pr.,

- Agente de Segurança de 4.^a classe - beneficiária Jaira Gomes (esposa), residente Rua Manoel Antonio de Oliveira, 183 - Cascavel-Pr.

CARLOS ALBERTO POCKRANT -

Falecido em 21.12.87 - esmagamento do tórax, ação contundente, acidente de trânsito - Curitiba-Pr., - Investigador Criminal - beneficiária Gislaíne Sampaio Crocetti Pockrant (esposa), residente Rua Angelo Lopes, 30 Apto. 9 - Cristo Rei - Curitiba-Pr. - fone: 264-5608.

CARLOS ANTONIO BENTO DE ARAÚJO -

Falecido em 20.06.87 - hemorragia aguda por ferida transfixiante torax/abdominal por arma de fogo - Curitiba-Pr., - Agente de Segurança de 4.^a classe - beneficiário Riolando Américo de Oliveira (irmão), residente Rua Vereador Constant Pinto, 401 - Bacacheri - Curitiba-Pr. - fone: 252-0039.

CELSON JOE MARQUES -

Falecido em 28.04.78 - hemorragia interna aguda - projétil de arma de fogo, acidente - Cascavel-Pr., - Agente de Segurança de 3.^a classe - beneficiária Ivone S. Marques (esposa), residente Rua Saldanha Marinho, 856 - Centro - Curitiba-Pr.

DEUSDETE PALMEIRA SILVA -

Falecido em 25.04.78 - fratura de face e crânio, projétil de arma de fogo - Curitiba-Pr., - Guarda Civil - beneficiária Maria Salete da Silva (esposa), residente Rua Comércio Sul, 62 Vila Nossa Sra. da Luz - Curitiba-Pr.

DIOGENES DE MELO JULIANO -

Falecido em 19.07.84 - traumatismo crânio encefálico - acidente de automóvel - Conselheiro Mairinck-Pr. - Delegado de Polícia de 4.^a classe - beneficiária Neiva Sabral Juliano (esposa), residente Rua Professora Antonia Reginato Viana, 76 - Capão da Imbuia - Curitiba-Pr. fone: 267-3944.

DJALMA DE GUSMÃO CAVALCANTI -

Falecido em 01.05.88 - traumatismo do tórax, acidente de trânsito - Curitiba-Pr., - Agente de Segurança de 1.^a classe (inativo) - beneficiária Zúrita Silva Cavalcanti, residente José de Alencar, 158 Apto. 133 - Curitiba-Pr.

EDSON BATISTA -

Falecido em 16.05.86 - choque hemorrágico ferida transfixiante do tórax, projétil de arma de fogo, Curitiba-Pr., - beneficiária Tereza de Souza Batista (mãe), residente Rua Baltazar Carrasco dos Reis,

526 - Curitiba-Pr.

FRANCINO DE DEUS -

Falecido em 09.06.83 - morte acidental, Maringá-Pr., - Agente de Segurança de 4.^a classe - beneficiária Gerusa Maria Cruz Barbosa (esposa), residente em Londrina-Pr., A/C da Subdivisão Policial.

FRANCISCO MARTINS -

Falecido em 24.05.87 - politraumatismo, acidente de trânsito - Rio Brilhante - Mato Grosso do Sul - Detetive de 4.^a classe - beneficiária Iracy de Andrade Martins (esposa), residente Rua Quiliano, 690 - Campo Mourão-Pr.

GILBERTO SERGIO NARCIZO -

Falecido em 22.01.87 - esmagamento de tórax, ação contundente, acidente de trânsito, Curitiba-Pr., - Detetive de 4.^a classe - beneficiária Mari Luci Narcizo (irmã), residente Rua 10, n° 14 - Vila Nossa Sra. da Luz - Curitiba-Pr.

GUILHERME IVO DA CUNHA PINTO -

Falecido em 23.04.88 - politraumatismo, insuficiência renal aguda, Londrina-Pr., - Comissário de Polícia - beneficiária Vera Straub Correia (companheira), residente Rua da Fazenda, 09 - Guabirotuba - Curitiba-Pr.

HERCULANO JOSÉ RODRIGUES -

Falecido em 09.09.88 - asfixia mecânica por afogamento - Ilha da Galheta-Pontal do Sul - Agente de Segurança de 1.^a classe - beneficiária Albina Bagio Rodrigues (esposa), residente Rua Pais Brasil, 21 - Taramã - Curitiba-Pr.

HISTOSI SENDA -

Falecido em 19.08.92 - traumatismo crânio-encefálico, projétil de arma de fogo, Cascavel-Pr., - Datiloscopista de 2.^a classe - beneficiária Maria Adalmin R. de Matos Senda (esposa), residente Rua Alexandre Toscani Filho, Santa Felicidade - Curitiba-Pr.

INDÉRCIO HERREIRA -

Falecido em 17.10.88 - traumatismo crânio-encefálico - Novo Mundo - Mato Grosso do Sul - Delegado de Polícia - beneficiária Aparecida da Silva Herreira (esposa), residente Rua Aquidaban, 4447 - Umuarama-Pr., fone: (0446) 22.6245

ITACIR LUIZ MIOLA -

Falecido em 27.07.92 - acidente aéreo - Iguape- SP - Detetive de 4.^a Classe - beneficiária Mara Joice Miranda Miola (esposa), residente Rua Altair de Souza Gonçalves, 59- Cj. Solar - Bacacheri - Curitiba- Pr. Fone: 256.4007.

JOAQUIM APARECIDO DA SILVA -

Falecido em 07.10.82 - traumatismo crânio e encefálico com destruição de centros nervosos vitais, anemia aguda, agressão por deflagração de arma de fogo, Londrina - Pr., - Agente de Segurança de 4.^a classe (inativo) - beneficiária Margarida da Silva (esposa), residente Rua João Gutemberg, 575 - Vila Industrial - Londrina-Pr.

JOEL FERMINO DE MELLO -

Falecido em 29.10.92 - traumatismo crânio e encefálico, acidente de trânsito - Foz do Iguaçu-Pr., - Agente de Segurança de 3.^a classe - beneficiária Maria Lucia Pereira de Mello (esposa), residente Rua Rui Pupi, 200 - Bairro São Gabriel - Colombo-Pr.

JOSÉ CHALEGRE DOS SANTOS -

Falecido em 23.08.80 - ferida penetrante tórax e abdômen por projétil de arma de fogo, Curitiba-Pr., - Detetive de 4.^a classe - beneficiária Ana Cordeiro dos Santos (mãe), residente rua Antonio Parce, 33 - Jardim Santa Barbara - Curitiba-Pr.

JOSÉ JAIR PROENÇA DOS SANTOS -

Falecido em 03.05.83 - politraumatismo, acidente de trânsito - Castro-Pr., - Agente de Segurança de 4.^a classe - beneficiária Zabdi Santos Straub (filha), residente Rua 300 casa 37 - Vila Sta. Efigênia - Curitiba-Pr.

JOSÉ LORENA MENDES -

Falecido em 30.08.93 - hemorragia aguda, lesões dos pulmões e aorta, arma branca, Curitiba-Pr., - Guarda Civil - beneficiária Maria de Lourdes dos Santos Mendes (esposa), residente rua Claudio Chtagnier, 978 - Hugo Lange - Curitiba-Pr., - fone: 264-2752.

JOSÉ LOURENÇO DE SOUZA -

Falecido em 04.06.90 - lesões crânio encefálicas, projétil de arma de fogo, Curitiba-Pr., - Agente de Segurança de 1.^a classe - beneficiária Maria Hemiko Inoque Araujo de Souza (esposa), residente Rua Teresinha, 12 - Capão da Imbuia - Curitiba-Pr.

JOSÉ LUIZ -

Falecido em 05.05.88 - hemorragia aguda, ferida transfixiante no tórax, projétil de arma de fogo, Sarandi-Pr., - Detetive de 4.^a classe - beneficiária Maria Irene Borsari Luiz (esposa), residente Rua Papa XXIII, 237 - Ap. 22 - 2° andar - Marialva-Pr., - fone: (0442) 32-1360.

LUCIO ANTONIO MORAIS -

Falecido em 21.01.86 - queimaduras de

1º, 2º e 3º graus, agente térmico, fogo - Paranaguá-Pr., - beneficiária Maria Lucia Dias Moraes, residente Rua Iara s/nº - Imbuguaçu - Paranaguá-Pr.

LUCIO MARCOS DA SILVA -

Falecido em 24.08.89 - ferida perfuro contusa do abdomen, balins de cartucheira de arma de fogo, Curitiba-Pr., - Carcereiro de 3ª classe - beneficiária Silvia Fátima de M. e Silva, residente Rua Conectora 2 Cj. Mal. Rondon - Curitiba-Pr., - fone: 247-1843.

LUIZ FABIO BRESSAN -

Falecido em 23.06.83 - choque hipovolêmico, hemorragia interna aguda torácica, traumatismo torácico, acidente de trânsito - Cascavel-Pr., - Médico Legista - beneficiária Lucia Emiko Kuroiwa Bressan (esposa), residente Rua Cassiano José Fernandes, 996 - Cascavel-Pr.

MARCO ANTONIO VIEIRA -

Falecido em 23.06.81 - lesão encefálica devido a projétil de arma de fogo, Pato Branco-Pr., - Agente de Segurança de 4ª classe - beneficiária Janete Witeck, residente Rua Agripino Firmino de Souza, 6 - Bairro Dal Col - Ponta Grossa-Pr.

ORIVLADINO TEIXEIRA DE LIMA -

Falecido em 22.08.84 - morte accidental - Agente de Segurança de 2ª classe - beneficiária Sofia Teixeira de Lima (esposa), residente Curitiba-Pr., - fone: 234-0523.

PEDRO VICENTE TENERELLI -

Falecido em 21.09.85 - fratura escalonada de arcos costais e esmagamento do tórax, ação contundente, acidente de trânsito, Curitiba-Pr., - Escrivão de Polícia de 3ª classe - beneficiária Maria de Lourdes Gil Tenerelli (esposa), residente Rua Rio Grande do Sul, 191 Apto. 11-B - Água Verde - Curitiba-Pr., - fone: 243-9073.

RAIMUNDO NONATO FILHO -

Falecido em 12.06.93 - traumatismo crânio-encefálico, intr. perfuro-contundente, arma de fogo - Detetive de 4ª classe - Pato Branco-Pr., - beneficiária Geci Pinheiro dos Santos, residente Av. Brasil, 269 - Pato Branco-Pr.

RENATO CLEOMAR RATIMANN -

Falecido em 28.07.88 - hemotorax, ferida transfixiante, projétil de arma de fogo - Escrivão de Polícia de 4ª classe - beneficiária Janete da Luz (companheira), residente Rua Santa Ana, 610 - Capanema - Curitiba-Pr.

RENEO FESTA -

Falecido em 15.02.90 - asfixia mecânica por afogamento - Pinhais-Pr., (inativo) - Detetive de 4ª classe - beneficiária Mercedes Sanches Festa (esposa), residente Rua Padre João Lecont, 126 - Pinhais-Pr.

RICHARD RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR -

Falecido em 02.08.82 - septicemia, insuficiência renal aguda, politraumatizado, acidente de automóvel - Londrina-Pr., - Delegado de Polícia de 3ª classe - beneficiária Maria Lucia Rodrigues de Oliveira (esposa), residente em Ribeirão Claro-Pr., - fone: 36-1365.

RIVAIR GALDINO RODEIRO -

Falecido em 17.06.88 - hemorragia aguda por ferida do coração, projétil de arma de fogo, - São José dos Pinhais-Pr.; - Agente de Segurança de 4ª classe - beneficiária Maria da Conceição Rodeiro (mãe), residente em Umuarama-Pr.

ROBERTO KRANZ -

Falecido em 14.12.84 - anemia aguda hemorrágica, feridas penetrantes de abdomen (homicídio), Foz do Iguaçu-Pr., - Agente de Segurança de 4ª classe beneficiária Lomilda Luz Bertaçoni Kranz (esposa), residente Rua Comandante Antonio Domingues de Barros, 319 - Jd. Social - Curitiba-Pr., - fone: 263-4086.

TEODORICO GOMES DE OLIVEIRA JUNIOR -

Falecido em 12.07.86 - traumatismo crâniano com hemorragia intracraniana - acidente automobilístico - Santo Antonio da Platina-Pr., - Médico Legista de 4ª crânio-encefálico com destruição de centro-Oliveira (esposa), residente em Maringá-Pr.

URAE FERREIRA DOS SANTOS -

Falecido em 17.08.86 - feridas penetrantes torax-abdominais instrumento-perfuro-contundente, projéteis de arma - Curitiba-Pr., - Agente de Segurança de 4ª classe - beneficiária Marilda Almeida de Oliveira Santos (esposa), residente Rua Fortaleza, 16-A - Vila Camargo - Curitiba-Pr.

VALDECIR DOS SANTOS -

Falecido em 09.08.87 - lesões encefálicas por ferida transfixiante do crânio, por projétil de arma de fogo, - Curitiba-Pr., - Agente de Segurança de 4ª classe - beneficiária Maria Dutra dos Santos (esposa), residente rua Francisco Wank, 57 - Colombo-Pr.

Todos policiais que com pouco salário, com dificuldades para exercer condignamente a função de policial tombaram no estrito dever do cumprimento das suas obriga-

ções, em nome desses policiais já falecidos, aqui hoje representados por um segmento da classe policial civil é que encareço aos Senhores Parlamentares desta Casa, vamos votar favoravelmente projeto do Deputado Anibal Khury, que revoga a Lei Complementar de n° 46 de autoria do Deputado Anibal Khury que reconhece neste momento a necessidade do escalonamento vertical.

Por isso eu faço aqui em meu nome e em nome do Deputado Anibal Khury a defesa deste projeto de lei que eu tenho a certeza terá o acolhimento dos demais pares deste parlamento.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Para Encaminhar) - O Deputado Anibal Khury apresenta projeto, que vem resgatar antigo direito de pessoal atuante na Polícia Civil do Estado e apreciada a matéria pela CCJ, houve parecer contrário, não quanto ao mérito, mas à constitucionalidade.

O Projeto hoje será aprovado como aliás é decorrente da autoridade que tem os servidores do setor, como especialmente o nosso Deputado Anibal Khury, por consenso nessa Casa e nós já temos a notícia de que embora pese sobre o projeto o vício da inconstitucionalidade, ele está amparado pelo mérito, temos a notícia de que V.Exa., Deputado Anibal Khury, em conjunto com todos nós, já empreende esforços no sentido de, independentemente desse vício, fazer valer esse direito dos servidores. É algo que carece da necessária negociação com o chefe do Poder Executivo, que V.Exa. já está empreendendo. Portanto, temos que deixar muito claro que o voto num projeto que padece da inconstitucionalidade, mas que tem o mérito resguardado no interesse dos servidores, para que nós, sem essa necessária negociação com o chefe do Poder Executivo, não venhamos frustrar os interesses das categorias que serão beneficiadas por esse novo dispositivo de lei.

É muito importante que nós possamos, e tenho absoluta segurança que o Deputado Anibal Khury com a sua autoridade, ao lado dos demais membros da Casa e em especial, o nosso Presidente, Orlando Pessuti, poderão empreender as negociações necessárias para fazer realizar essa aspiração dos servidores públicos atuantes na Polícia Civil do Estado, de modo que, nós possamos fazer valer o direito. Aliás, é de enaltecer a iniciativa, porque com a aprovação desse projeto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sinaliza esta Casa, claramente na função dos interesses envolvidos na matéria presente, mas é indispensável que se registre isso, que essas negociações se deem a miúdo e que efetivamente seja pela sanção e esse projeto que parece difícil,

seja pela lavratura de um novo projeto, de autoria do Poder Executivo, nós possamos validar esse interesse para que novamente não venham setores da sociedade integrada no aparelho do Estado, a frustrar-se em face de demarches que deveriam ter sido adotadas e que não o foram no tempo oportuno, de modo que novamente, pode falhar a necessária providência junto ao Poder Executivo, frustrar-se à aspiração dos servidores.

Esse esclarecimento que eu requeriria à Mesa no encaminhamento, sobre as negociações havidas junto ao Chefe do Poder Executivo, para que não lavremos aqui um projeto que, à frente, venha a ser vetado, em prejuízo dos interesses envolvidos nessa matéria específica.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa aos Srs. Deputados que realmente houve uma falha da assessoria a Mesa que publicou pareceres favoráveis, quando na realidade, existe parecer contrário da CCJ.

Nessas condições, a votação terá que ser de forma inversa.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto, queiram levantar-se.

APROVADO por unanimidade.

A Mesa registra com satisfação, a presença do Senhor Elói Falcão, vereador da Fazenda Rio Grande e do médico Doutor Sebastião dos Santos Silva, pedido feito através do Deputado Alceu Swarowski.

Registro também a presença do Deputado Estadual José Tavares da Silva Neto, Secretário da Justiça e Cidadania, e do vereador João Maria da Rocha.

Atendendo às preferências de votação aprovado, vamos apreciar o item n° 2 a pauta.

DISCUSSÃO ÚNICA- Proposição n° 032/93, veto apostado ao Projeto de Lei n° 219/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a criar penitenciárias nas áreas rurais do Estado do Paraná. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Lebramos aos Srs. Deputados que para a rejeição do veto e conseqüente manutenção do projeto, serão necessários 28 votos "NAO".

Não havendo 28 votos "NAO", manter-se-á o veto e estará rejeitado em definitivo o projeto.

O Sr. Primeiro Secretário fará a chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal para votação).

A Mesa anuncia o resultado da votação:

39 votantes, 4 votos em branco, 4 votos sim, 31 votos não.

Está rejeitado o Veto e mantido o Projeto.

Iremos apreciar agora os itens n°s 1, 3, 4, 5, 6, 7. Que são respectivamente as seguintes Proposições: 31, 34, 35, 38, 39, 40.

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n° 031/93 veto aposto ao Projeto de Lei n° 058/93, de autoria do Deputado Cezar Silvestri e outros. Que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar no Município de Guarapuava, uma Delegacia da Mulher. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n° 034/93 veto aposto ao Projeto de Lei n° 085/93, de autoria do Deputado João Preis. Que denomina o Município da Mandaguapu de Capital da Laranja da Região Noroeste do Estado. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n° 035/93 veto aposto ao Projeto de Lei n° 007/93, de autoria do Deputado Anibal Khury. Que autoriza o Poder Executivo a criar um Batalhão de Polícia Feminina na Capital, e outro no Interior do Estado do Paraná. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n° 038/93 veto aposto ao Projeto de Lei n° 350/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Que autoriza a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Umuarama - Pr. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n° 039/93 veto aposto ao Projeto de Lei n° 423/92, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan. Que autoriza a criação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de Cornélio Procopio. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n° 040/93 veto aposto ao Projeto de Lei n° 047/93, de autoria do Deputado João Preis. Que denomina da "Capital da Moda do Paraná", a Cidade de Maringá. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Lembramos mais uma vez os Senhores Deputados que para a rejeição dos VETOS serão necessários 28 votos Não. Os Deputados que votaram SIM estarão votando pela manutenção dos VETOS. E os que votaram Não estarão votando pela rejeição dos VETOS.

O Senhor 1° Secretário vai proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Compareceram para votar 20 Senhores Deputados, não há quórum para deliberação das proposições ora em votação e dos projetos restantes da Ordem do Dia, apenas quórum para discussão das matérias.

1. **DISCUSSÃO** - Projeto de Lei n° 214/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Cria o Conselho Estadual de Turismo, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.T., C.E. e C.E.M.A.. (Publ. no D.A. n° 64, de 31.05.93.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 214/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, o projeto de lei em análise, tem por finalidade a criação do Conselho Estadual de Turismo do Paraná.

No aspecto constitucional e legal, a matéria encontra-se justificada, inexistindo qualquer impedimento à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE TURISMO PROJETO DE LEI N° 214/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, o projeto de lei em análise, tem por finalidade a criação do Conselho Estadual de Turismo do Paraná.

Pela análise dessa comissão, não existe nada que impeça a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Pelo qual, nosso parecer também é favorável, recomendando a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) HEINZ HERWIG - Presidente

DOMINGOS CARVALHO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE PROJETO DE LEI N° 214/93

P A R E C E R:

O plano de lei, logrou parecer favorável.

vel da C.C.J..

Nestas condições, não vemos qualquer óbice à normal tramitação do Projeto Lei, opinando por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI
Presidente e Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI N° 214/93

P A R E C E R:

De autoria do Nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, o projeto de lei em análise, tem por finalidade a criação do Conselho Estadual de Turismo do Paraná.

O referido projeto, teve aprovação no seu aspecto constitucional e legal, pela Comissão de Constituição e Justiça, não existindo assim nenhum impedimento para sua tramitação normal nesta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.93.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
CLEITON KIELSE - Relator

Sobre o mesmo há requerimento pedindo o adiamento por cinco Sessões, como não existe quórum para apreciar, adia-se para amanhã a 1.ª discussão do mesmo.

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 295/93, de autoria do Deputado Nereu Moura. Corrige a redação do art. 1° da Lei n° 10.332 de 09/06/93. (Divisa do Município de Bom Sucesso do Sul). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 84, de 24.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 295/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria no nobre Senhor Deputado Nereu Moura, objetiva alterar a redação do art. 1°, da Lei n° 10.332, de 09 de junho de 1.993, que trata dos limites territoriais do Município de Bom Sucesso.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da Proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, haja vista que a iniciativa possui o cunho de corrigir pequeno dissentimento ocorrido quando da alteração do traçado do polígono definidor dos limites do Município de Bom Sucesso, realizado através da Lei n° 10.332, de 09 de junho de 1.993.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer Favorável, opinando pela Aprovação do plano de Lei em tela.

Curitiba, quarta, em 01.09.93

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 295/93

P A R E C E R:

De autoria no nobre Deputado Nereu Moura, o Projeto de Lei n° 295/93, tem o objetivo de alterar a redação do art. 1° da Lei n° 10.332, de 09 de junho de 1.993, que trata dos limites territoriais do Município de Bom Sucesso.

Analísado pela Comissão de Constituição e Justiça, o projeto de lei em questão, já tem parecer favorável, por estar dentro das normas regimentais e constitucionais.

Portanto, recebe também desta C.O.P.T.C., Parecer Favorável, acompanhando os votos dos membros que compõem a C.C.J..

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.08.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente.
ARLINDO TROIAN - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimentos n°s 3271 e 3274, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n°s 3268, de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury, Plauto Miró Guimarães e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3249, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3235, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 031, 034, 035, 038, 039 e 040/93.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 265/93.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 166, 184, 276/93 e 367/92.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 008, 040, 295, 421, 437 e 438/93.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 046/93 e do de Resolução n° 012/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 181/92, 159, 214, 250, 335, 361, 390, 393, 394, 402, 404, 410 e 411/93.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 10.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nereu Moura, Luiz Carlos Zuk e Djalma de Almeida César. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 299/93, de autoria do Deputado Colombino Grassano, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Araçongas. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 395/93, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que estabelece normas para concessão de certidões para Prefeituras. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE
Presidente
WILSON PENKA
Secretário.

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 9.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de julho de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se extraordinariamente na sala de reuniões das comissões a Comissão de Finanças, presidida pelo Sr. Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Preis, Ademar Traiano, Djalma César, Nereu Moura, Luiz Carlos Zuk e Duílio Genari. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 114/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 084/92, de autoria do Deputado Toti Colaço. Relator Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 112/93, de autoria do Deputado Edson Lino. Relator Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 267/93, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 172/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Relator Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 244/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 07) Projeto de Lei n° 230/92, de autoria do Deputado João Iensen. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer CONTRÁRIO. APROVADO. 08) Projeto de Lei n° 177/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 09) Projeto de Lei n° 138/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 10) Projeto de Lei n° 123/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Relator Deputado Nereu Moura. Requer diligência junto a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
p/ Presidente
WILSON PENKA
Secretário